**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL – PR
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**

ELIZABETE BUSKIEVICZ

**DOAÇÃO DE ALIMENTO ORGÂNICO POR AGRICULTORES DO
MOVIMENTO SEM TERRA (MST) DURANTE A PANDEMIA COVID-19:
IMPACTO PARA FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL NO
MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL – PARANÁ**

LARANJEIRAS DO SUL

2024

ELIZABETE BUSKIEVICZ

**DOAÇÃO DE ALIMENTO ORGÂNICO POR AGRICULTORES DO
MOVIMENTO SEM TERRA (MST) DURANTE A PANDEMIA COVID-19:
IMPACTO PARA FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL NO
MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL – PARANÁ**

Dissertação apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGADR), da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Henrique Mayer

LARANJEIRAS DO SUL

2024

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Buskiewicz, Elizabete

DOAÇÃO DE ALIMENTO ORGÂNICO POR AGRICULTORES DO MOVIMENTO SEM TERRA (MST) DURANTE A PANDEMIA COVID-19: IMPACTOS PARA FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL- PARANÁ / Elizabete Buskiewicz. -- 2024.

87 f.

Orientador: Doutor Paulo Henrique Mayer

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Laranjeiras do Sul, PR, 2024.

I. Mayer, Paulo Henrique, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

ELIZABETE BUSKIEVICZ

DOAÇÃO DE ALIMENTO ORGÂNICO POR AGRICULTORES DO MOVIMENTO SEM TERRA (MST) DURANTE A PANDEMIA COVID-19: IMPACTOS PARA FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL – PARANÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 31/05/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Henrique Mayer – UFFS
Presidente/Orientador

Prof. Dr. Elemar do Nascimento Cezimbra – UFFS
1º membro

Prof.ª Dra. Letícia da Costa e Silva – UFRPe
2º membro

Prof.ª Dra. Manuela Franco de Carvalho da Silva Pereira – UFFS
Suplente

Dedico este trabalho aos meus filhos,
que tiveram paciência para que eu
pudesse concluir meus estudos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço o grupo da UFFS, também à Deus, e aos meus filhos, por toda paciência que sempre tiveram comigo. E minha mãe e toda minha família são as irmãs, irmãos, cunhados sobrinhas e sobrinhos, aos meus amigos e colegas de trabalho pela compressão que tiveram comigo, em especial a família da minha amiga Nelsi (*in memoriam*), que perdeu a vida por causa do vírus na pandemia da Covid-19.

A questão social é análoga à ideia de desigualdade, mas equivale também ao conceito de rebeldia por parte dos indivíduos que são injustiçados, conquanto resistam e oponham-se. No entanto, note-se ainda, cabe esclarecer que tal desigualdade social não considera, simplesmente, a diferença econômica e de posses entre os pobres e os ricos, nem mesmo deve ser reduzida às dificuldades atravessadas pelo indivíduo (IAMAMOTO, 1999. pp. 27-29)

RESUMO

Esta pesquisa de mestrado tem como objetivo compreender os impactos da doação de alimentos agroecológicos pelo MST, às famílias com vulnerabilidade social no município de Laranjeiras do Sul – PR, durante o período da pandemia da Covid-19. A pandemia de Covid-19 trouxe consigo uma série de desafios socioeconômicos, afetando especialmente as populações em situação de vulnerabilidade social. Nesse contexto, o MST, conhecido por suas ações de luta pela reforma agrária e pela valorização da agricultura familiar, tem se destacado por suas iniciativas de solidariedade, como a doação de alimentos orgânicos produzidos por seus agricultores. Foram realizadas entrevistas com as famílias em vulnerabilidade social e as de agricultores agroecológicos para coletar dados qualitativos e quantitativos sobre a percepção das famílias beneficiadas, a qualidade dos alimentos recebidos, a diversidade nutricional proporcionada e os efeitos na renda e na autonomia das famílias. Espera-se que os resultados deste estudo contribuam para o conhecimento sobre as ações de solidariedade promovidas pelo MST durante a pandemia, destacando a importância da doação de alimentos orgânicos para a melhoria das condições de vida das famílias em situação de vulnerabilidade social. Além disso, pretende-se fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas e estratégias de apoio à agricultura familiar e à segurança alimentar em períodos de crise. Essa pesquisa de mestrado se propõe a fornecer uma análise aprofundada sobre o impacto da doação de alimentos orgânicos por agricultores do MST durante a pandemia de Covid-19, contribuindo para a compreensão dos desafios enfrentados pelas famílias em vulnerabilidade social e destacando a importância de iniciativas de solidariedade para enfrentar crises socioeconômicas e garantir o direito à alimentação adequada.

Palavras-chave: Fome; Agricultura; Pandemia; Movimentos Sociais.

ABSTRACT

This master's project aims to understand the impacts of the donation of agroecological food by the MST to families with social vulnerability in the municipality of Laranjeiras do Sul during the period of the Covid-19 pandemic. The Covid-19 pandemic brought with it a series of socioeconomic challenges, especially affecting populations in a situation of social vulnerability. In this context, the MST, known for its actions in the struggle for agrarian reform and the appreciation of family farming, has stood out for its solidarity initiatives, such as the donation of organic food produced by its farmers. Interviews surveys will be carried out to collect qualitative and quantitative data on the perception of the beneficiary families, the quality of the food received, the nutritional diversity provided and the effects on the families' income and autonomy. It is hoped that the results of this study will contribute to knowledge about the solidarity actions promoted by the MST during the pandemic, highlighting the importance of donating organic food to improve the living conditions of families in situations of social vulnerability. In addition, it intends to provide subsidies for the formulation of public policies and strategies to support family farming and food security in times of crisis. This master's project proposes to provide an in-depth analysis of the impact of organic food donations by MST farmers during the Covid-19 pandemic, contributing to the understanding of the challenges faced by families in social vulnerability and highlighting the importance of initiatives to solidarity to face socio economic crises and guarantee the right to adequate food.

Keywords: Hungry; Agriculture; Pandemic; Social Movements.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do Brasil	29
Figura 2: Mapa do Estado do Paraná.....	30
Figura 3: Mapa do Município de Laranjeiras do Sul-PR	31
Figura 4: Alimentos guardados em sacos plásticos.	36
Figura 5: Armazenamento de alimentos em sacolas plásticas.....	36
Figura 6: Agricultores organizando as doações	37
Figura 7: Organização dos alimentos para o transporte.....	37
Figura 8: Agricultores do MST	38
Figura 9: Família em Situação de Vulnerabilidade Social	38
Figura 10: Boletim Diário Coronavírus Laranjeiras do Sul 10/12/2020.....	39
Figura 11: Boletim Diário Corona vírus Laranjeiras do Sul 22/12/2023	39
Figura 12: Diagrama das etapas da Revisão Integrativa.....	43
Figura 13: Diagrama de Roses.....	45
Figura 14: Rede dos descritores da pesquisa	47
Figura 15: Palestra na comunidade do Assentamento Recanto da Natureza/MST.	55
Figura 16: Plantação de bananas intercaladas com plantação de mandioca..	57
Figura 17: Plantação de bananeiras.....	57
Figura 18: Poda das arvores frutíferas	58
Figura 19: Galhos das arvores que são triturados para a compostagem orgânicas usados na cobertura do solo.....	58
Figura 20: Arvores frutíferas.....	59
Figura 21: Preparo do solo com cobertura de palhas da espécie da aveia orgânica adquirido na lavoura dos produtores MST.....	59
Figura 22: Preparo da terra sobre a palhada e o plantio das hortaliças.	60
Figura 23: Preparo da terra sobre a palhada e o plantio das hortaliças.	61
Figura 24: Preparo do Solo.	61
Figura 25: Consorcio no plantio das hortaliças.....	62
Figura 26: Consorcio no plantio das hortaliças.....	62
Figura 27: Plantação de Hortaliças	63
Figura 28: Cultivo das plantas em forma de barreira.....	64
Figura 29: Exemplo a foto abaixo colheitas dos alimentos agroecológicos.....	65
Figura 30: Armazenamento de grãos	66
Figura 31: Colheita de mandiocas e batatas doce	66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Critérios de Inclusão e Exclusão	44
Quadro 2: Número de famílias em vulnerabilidade social atingidas pela pandemia da Covid-19 no município.	48
Quadro 3: Objetivos e ferramentas que foram utilizadas na pesquisa.	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACS Agente Comunitário de Saúde
CadÚnico Cadastro Único dos Programas Sociais
CAF Caixa Econômica Federal
CONSEA Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional
CRAS Secretaria de Assistência Social
EBIA Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
IA Insegurança Alimentar
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. AFs Agricultores Familiares
LOSAN Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MDS Ministério do Desenvolvimento e Assistente Social
MST Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OMS Organização Mundial da Saúde
PBF Programa Bolsa Família
PLC Programa Leite das Crianças
SAN Segurança Alimentar e Nutricional
SUAS Sistema Único de Assistência Social.
UFFS Universidade Federal da Fronteira Sul

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	18
1.2 OBJETIVO GERAL	18
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	18
- Levantar e sistematizar e resgatar os processos histórico da doação de alimentos pelo MST às famílias em vulnerabilidade social no município de Laranjeiras do Sul	18
2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS QUE ORIENTAM A PESQUISA NA DISCUSSÃO DO TEMA	19
2.1 A AGROECOLOGIA E O MOVIMENTO DOS SEM TERRA.....	19
2.2 VULNERABILIDADES SOCIAIS	22
2.3 A INSEGURANÇA ALIMENTAR DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19	23
3 METODOLOGIA	27
3.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA E CONSIDERAÇÕES GERAIS	27
3.2 OBJETIVO DE PESQUISA: O HISTÓRICO DO MOVIMENTO DOS SEM TERRA EM LARANJEIRAS DO SUL- PARANÁ E A SUA RESPOSTA A ATUAL CRISE SAN	40
3.3 MÉTODO DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS	41
3.4 LIMITAÇÕES DA METODOLOGIA UTILIZADA.....	50
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	52
4.1 CARACTERÍSTICA SOBRE AS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS.....	52
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
APÊNDICE	76
ANEXO	84

1. INTRODUÇÃO

É direito de todo ser humano ter uma alimentação apropriada e saudável, que proporciona saúde e qualidade de vida na sustentabilidade econômica, social, ambiental, da disponibilidade e do acesso contínuo aos alimentos de qualidade, sem impossibilitar outras necessidades inerentes a uma vida digna, como a educação, moradia, emprego e lazer.

Porém, para milhões de brasileiros a fome é algo crônico e duradouro, o que faz com que ela seja uma questão de saúde pública que norteia debates políticos ao longo de anos.

A partir do agravamento da pandemia, ocorreram também a piora do cenário da fome e da insegurança alimentar de todo o mundo, aumentando significativamente o número de pessoas que passaram fome, principalmente em países subdesenvolvidos como o Brasil. Assim, mesmo a alimentação sendo direito e uma necessidade básica do ser humano, muitas pessoas não têm acesso aos alimentos.

Segundo a ONU (2021), foi estimado que aproximadamente 811 milhões de pessoas no mundo enfrentaram fome durante a pandemia no ano de 2020, sendo a América Latina uma das três zonas onde a insegurança alimentar foi mais agravada. Assim, de modo regional, ao estudar o tema no município de Laranjeiras do Sul, no Estado do Paraná, Southier e Triches (2020) afirmam que o município tem 48% dos indivíduos residentes no meio rural e 44,3% no meio urbano vivendo com insegurança alimentar leve, enquanto a insegurança alimentar grave atinge 29,5% e 12%, respectivamente.

Segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a inflação alcançou em 2020 o patamar de 4,52%, sendo o maior percentual desde 2016, o que acabou por elevar em quase 15% os preços dos alimentos consumidos em território brasileiro. Ainda segundo o IBGE, este aumento significativo no valor dos alimentos acabou por elevar o preço da cesta básica principalmente de produtos essenciais como óleo de soja, arroz, feijão, batata e carnes de um modo geral.

Nesse contexto, inúmeras famílias passam a depender de ações e iniciativas de outras pessoas, do governo e de políticas sociais, que são ações governamentais desenvolvidas junto com a sociedade, por meio de programas

que visam à garantia de direitos e condições dignas de vida ao cidadão, de forma equânime e justa.

Entretanto, considerando a problemática da fome, tem-se alimentos orgânicos cultivados pelas famílias agricultoras MST, acampados, posseiros e comunidades tradicionais camponesas do Paraná e do Brasil, que foram doadas às famílias de vulnerabilidade alimentar neste período de pandemia de Covid-19. O MST dirige parte da produção de alimentos dos assentamentos para alimentar trabalhadores sem renda e famílias em cenário de vulnerabilidade nas periferias urbanas, o MST mostrou que há a possibilidade, tanto a sociedade como para o governo, de haver uma reforma agrária como alternativa para gerar alimentos e diminuir a fome no país.

Nesse sentido, os alimentos produzidos em sistemas orgânicos e/ou agroecológicos podem contribuir para a promoção e a preservação da saúde, considerando que são menos contaminados com substâncias químicas e possuem maior valor nutricional. Além disso, ainda segundo as autoras, estes alimentos tendem a conter mais vitamina C e compostos fenólicos, o que acaba auxiliando positivamente nos efeitos biológicos do corpo humano.

A agricultura familiar responde pela maior parte da produção de alimentos destinados ao consumo interno no Brasil. Porém, apresenta vulnerabilidade econômica significativa, decorrente de diferentes fatores como: limitação no acesso a equipamentos que aumentam a produtividade do trabalho, distância das cidades, escala da produção, exploração de atravessadores, entre outros mecanismos. Desse modo, apesar de haver alimentos para o consumo próprio, há um impacto na segurança alimentar de uma parcela das famílias do campo, pois não há estratégias de garantia de emprego e renda para esta parcela da população por parte do estado.

A doação de alimentos gerados por meio de sistemas de produção agroecológicos, permite aos agricultores familiares, ligados ao MST, fornecerem uma variedade de alimentos, além de estabelecer parcerias com agentes urbanos para facilitar a distribuição desses alimentos aos trabalhadores, organizações populares e movimentos sociais urbanos e rurais, associações e entidades comunitárias de periferias.

Diante desse cenário, é fundamental que se construa uma abordagem sistêmica que favoreça a produção, a comercialização e o consumo de alimentos, valorizando as cadeias curtas de abastecimento alimentar.

A agroecologia surge como uma ferramenta que tem grande importância nesse cenário, uma vez que produz alimentos nutritivos de qualidade para a população e que garantem uma segurança alimentar e nutricional para as pessoas. A agroecologia merece destaque, pois revela uma lógica de produção sustentável, além de estabelecerem uma diferenciada compreensão da relação homem-natureza-alimentos.

Nessa perspectiva, pode ser a saída para essa crise que se torna mais profunda. Defender a soberania alimentar e usar a agroecologia para fornecer alimentos saudáveis, apresentou-se não somente como uma política pontuada pelo MST ou de algum governo, e sim, uma necessidade real de sobrevivência das sociedades contemporâneas.

É evidente a ausência de atendimento à população vulnerável e não é uma casualidade ou externalidade do sistema. É de fundamental importância responder como a pandemia afetou ainda mais a vulnerabilidade social no município Laranjeiras do Sul, no Estado do Paraná. A pandemia Covid-19 conseguiu fazer com que uma parcela maior da sociedade migrasse para a linha da pobreza, necessitando de doações de alimentos.

Este trabalho dedica-se a estudar essa situação vivida pelas famílias em vulnerabilidade alimentar do município de Laranjeiras do Sul no Paraná e a doação de alimentos realizada pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) durante a pandemia de Covid 19 que acometeu o mundo a partir do ano de 2020, principalmente.

Este projeto tem o propósito de estudar os impactos da doação de alimentos agroecológicos realizados pelos agricultores do MST para as famílias em vulnerabilidade social do Município de Laranjeiras do Sul – Paraná.

Justifica-se a importância desse trabalho, em função de que, com a pandemia do Covid-19 foi agravada a situação da fome no país, e frente a ela houve uma reação direta dos movimentos rurais brasileiro, em especial o MST por meio da doação de cestas de alimentos a grupos de consumidores vulneráveis socioeconomicamente. Consequentemente, a sociedade civil organizada começa a reivindicar mais ao poder público para a retomada de

compras públicas e novas políticas de crédito. E ainda, assegurar o direito à alimentação da classe trabalhadora urbana, além de estimular o fomento das campanhas de doação de alimentos.

Diante desse cenário de vulnerabilidade, as medidas sanitárias de contingenciamento em função da possível contaminação, no decorrer das fases iniciais da circulação viral, mostraram a fragilidade do sistema alimentar baseado na agricultura industrial e predatória (Altieri, Nicholls, 2020).

Para Silva Filho e Gomes Junior (2020) isso reflete que o acesso aos alimentos está relacionado de modo direto à regularidade da oferta dos produtos alimentares, à disponibilidade de renda nas mãos dos indivíduos e aos preços praticados no mercado varejista. Vê-se, anteriormente, esses três fatores totalizam informações, hábitos e práticas alimentares. Este arranjo determina, o que, quanto e quando comprar. Os mesmos autores, afirmam que a emergência da Covid-19 tornou evidente vários destes efeitos, alguns de modo doloroso e angustiante, como a emergência de uma parte significativa da nossa sociedade a circunstâncias de desabastecimento e fome.

Quando o município de Laranjeiras do Sul foi localizado nesse cenário, observou-se que, ao longo da história, um grande número de famílias se encontrava em situação de vulnerabilidade social (Freitas, 2015). Além disso, conforme o autor, o município está situado em uma região que concentra muitas famílias de agricultores da reforma agrária ligados ao MST, expressando que existe uma parte significativa da população em situação de pobreza nos bairros do município de Laranjeiras do Sul, nesse sentido, é importante a produção e doação de alimentos.

Segundo Menegas (2021), durante a pandemia de Covid-19, famílias que vivem em bairros na cidade de Laranjeiras do Sul foram severamente afetadas pelo isolamento social e pela quarentena, no que diz respeito ao escoamento de suas produções, sendo auxiliadas pelo MST no processo de não desperdício de alimentos e instruções de como agir nestas situações. A relevância dessa pesquisa também se dá em razão da vivência profissional como de Agente Comunitário de Saúde da pesquisadora com a realidade das famílias socialmente vulneráveis e as dificuldades que elas enfrentam.

Este trabalho foi desenvolvido em partes, onde após a introdução ser apresentados o problema de pesquisa e os objetivos. No referencial teórico,

foram selecionadas as categorias de análise que contemplam a temática da pesquisa, sendo elas: a agroecologia, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a sua relevância durante o período de Covid-19 e a insegurança alimentar.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Quais foram os impactos que a doação de alimentos agroecológicos realizado pelos agricultores e agricultoras do MST teve sobre as famílias com vulnerabilidade social do município de Laranjeiras do Sul-PR, durante a pandemia do Covid-19?

1.2 OBJETIVO GERAL

Compreender os impactos da doação de alimentos agroecológicos pelo MST às famílias com vulnerabilidade social no município de Laranjeiras do Sul durante o período da pandemia da Covid-19.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Levantar e sistematizar e resgatar os processos histórico da doação de alimentos pelo MST às famílias em vulnerabilidade social no município de Laranjeiras do Sul

- Identificar e verificar a renda básica dos indivíduos urbanos e rurais em situação de vulnerabilidade social que foram atingidos pela pandemia do Covid-19 em Laranjeiras do Sul-PR.

- Compreender como se deu a organização de alimentos pelos agricultores agroecológicos do MST à população com insegurança alimentar no município de Laranjeiras do Sul.

- Verificar de que forma esses alimentos orgânicos produzidos pelos agricultores do MST contribuíram para amenizar a insegurança alimentar das famílias vulneráveis impactadas pela Covid-19.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS QUE ORIENTAM A PESQUISA NA DISCUSSÃO DO TEMA

2.1 A AGROECOLOGIA E O MOVIMENTO DOS SEM TERRA

Em 2021, o autor Gliessman (p. 56) asseverou que a agroecologia “é o estudo de processos econômicos e de agro ecossistemas” e “um agente para as mudanças sociais e ecológicas complexas que tenham necessidade de suceder no futuro com a intenção de levar a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável”. Dessa forma, aponta-se que a agroecologia é uma ciência, que tem como caráter o protagonismo transformador em termos sociais e ecológicos.

Por isso, a partir da sua base literária, a agroecologia enfatiza mercados que favoreçam a reinserção econômica de categorias sociais em situação de vulnerabilidade e insegurança alimentar, reconectando produção e consumo e promovendo a circulação de produtos que levam consigo apelo sociocultural (Altieri, 1998).

É importante reforçar que a soberania alimentar não nega comércio, mas, em vez disso promove a criação de políticas e práticas e comerciais que servem os direitos das pessoas a terem alimentos e uma produção segura, saudável e ecologicamente sustentável (Cidse, 2018).

Em vista disso, os alimentos agroecológicos são produzidos de modo diferente dos alimentos tradicionais, porque todos os seus princípios agroecológicos estão pautados na preocupação com o meio ambiente, ou seja, sem o uso de agrotóxicos, fertilizantes químicos sintéticos e organismos geneticamente modificados (Candioto, 2020).

De acordo com Dos Santos, *et al.* (2012), na concepção da agroecologia: há o mercado de produtos orgânicos, os quais são produzidos por meio de técnicas que causem o menor impacto ambiental possível, com a produção de alimentos de qualidade em conformidade com a integridade da biodiversidade do campo. Além disso, ainda segundo o autor, a agroecologia possui importante função social, ou seja, o principal produtor é o agricultor familiar, dessa forma ele pode se inserir no mercado.

Entretanto, segundo Dos Santos, et al. (2012), é importante esclarecer os conceitos particulares que norteiam a agricultura orgânica, não só para que seja explicada a sua filosofia de plantio, mas também para ser desenvolvida uma comparação com os métodos convencionais de produção de alimentos. Estes conceitos e métodos poderão servir de respaldo para uma melhor compreensão do comportamento dos consumidores em relação a alimentos orgânicos, pois *a priori* buscam neles atributos diferenciados (De Moura, Nogueira e Gouvêa, 2012).

Ainda neste contexto, a produção de alimentos que segue o método orgânico tem como proposta oferecer produtos saudáveis, isentos de compostos químicos. Pelo ponto de vista da produção, visa reduzir os riscos de degradação ao meio ambiente e, com isso, proporcionar mais saúde ao consumidor e ao agricultor (Kny, *et al.*, 2005). Os principais fatores que denotam os produtos orgânicos são as abstenções de agrotóxicos e fertilizantes químicos em seu cultivo (Lombardi, Moori e Sato, 2004).

De acordo com Altieri (1989), a agroecologia proporciona as bases científicas para apoiar o processo de transição a estilos de agricultura sustentável nas suas diversas manifestações ou denominações. Sob esta ótica, não pode-se confundir a agroecologia, enquanto disciplina científica ou ciência, com uma prática ou tecnologia agrícola, um sistema de produção ou um estilo de agricultura.

Desse modo, segundo Aguilar e Cabreira (2016), a agroecologia pode ser utilizadas como uma das dimensões estratégicas que se somam na construção de projetos alternativos voltados para as várias dimensões da pessoa humana no campo. Nesse sentido, o MST, na atualidade, tece reflexões críticas sobre a necessidade de provocar alterações radicais no modo de produção capitalista e concentra os seus esforços na soberania alimentar, onde a agroecologia entra em cena como referência de agricultura para a autonomia camponesa e superação do capital.

A partir da reflexão de Borsatto (2013), o que mais reforça o significado do MST, a partir da virada do milênio, é o seu sistema de produção que foi adotado pelos agricultores em seus assentamentos, migrando de um discurso com forte viés produtivista, para outro mais aderente que é a visão agroecológica. Passando a ter em seu cerne do ideário concepções como o de

respeito e resgate da agricultura camponesa, assim como as diretrizes da agroecologia.

Para Aguilar e Cabrera (2016), a produção orgânica como impulso à agricultura agroecológica se estabelece, portanto, como uma forma de enfrentamento aos esquemas engendrados pelo modelo agrícola do agronegócio. Nesse processo, ainda segundo o autor, o MST assume papel de destaque difundindo entre os assentados em questão, a diversificação da produção como garantia da soberania alimentar dos camponeses e da sociedade em geral, se contrapondo ao modelo da agricultura empresarial que prima pela especialização em monoculturas proposta pelo agronegócio.

É a partir desse contexto de priorização e defesa da agroecologia enquanto o modelo produtivo e de vida e, por historicamente construir “[...]iniciativas políticas para a resolução de problemas estruturais de nossa sociedade” (Oliveira, Mello e Silva, 2022, p.197), que o MST se destaca pelas ações concretas de solidariedade na pandemia e por pautar politicamente a questão da fome e alimentação no Brasil nesse período. O movimento lançou o Plano Emergencial de Reforma Agrária Popular em junho de 2020, que busca evidenciar “[...] quais deveriam ser as ações urgentes a serem tomadas neste momento, inclusive provocando o debate sobre as medidas a serem adotadas pelo Estado Brasileiro” (Oliveira, Mello e Silva, 2022, p.197).

A problemática do combate à fome no país, articulada às doações de alimentos e à solidariedade, é vista como uma alternativa para amenizar a fome da população em situação de vulnerabilidade (Engelmann, 2023).

Ainda, para a autora, na proporção em que, em um momento de crise sanitária e econômica, o MST destina parte da produção de alimentos dos assentamentos para alimentar trabalhadores sem renda e famílias em situação de vulnerabilidade, os Sem Terra apresentam à sociedade e aos governos a alternativa da reforma agrária para produzir alimentos e amenizar o problema da fome no país. Para aprofundar o entendimento da situação dessas famílias durante a pandemia, o tópico a seguir busca conceituar a vulnerabilidade social.

2.2 VULNERABILIDADES SOCIAIS

Para Vignoli (2001) a vulnerabilidade é a falta de acesso às estruturas de possibilidades ofertadas pelo mercado, Estado ou sociedade, indicando que a carência de um conjunto de atributos necessários para o aproveitamento efetivo da estrutura de chances existentes. Busso (2001) salienta a vulnerabilidade como a fragilidade dos ativos que indivíduos, famílias ou coletivos possuem para enfrentar riscos existentes que acarretam consequências na perda de bem-estar.

Como completa Katzman (2005), a vulnerabilidade social não é sinônimo de pobreza, mas sim uma condição que remete à fragilidade da situação socioeconômica de determinado grupo ou indivíduo. Ainda para o autor, a vulnerabilidade social é medida através da linha de pobreza, que é definida através dos hábitos de consumo das pessoas, o valor equivalente a meio salário-mínimo. O autor Katzman (2005, p. 4) ressalta que:

Em seu sentido amplo a categoria vulnerabilidade reflete as condições dos vulneráveis, que se assemelha a condição de pobreza, uma carência efetiva que implica na impossibilidade atual de sustentamento e desenvolvimento, em uma debilidade futura a partir desta incapacidade nas quais os vulneráveis para quem as condições de vida não estavam materializadas, aparecem como uma situação de grande probabilidade em um futuro certo, a partir das condições de fragilidade que os afeta.

A partir dessa reflexão sobre condições sociais, Lessa (2012), explica que na esteira de Marx e Lukács, remete que não há existência social sem trabalho, mas, a própria existência social é muito mais que trabalho. Então, o trabalho, enquanto categoria também social, implica na relação com um complexo composto e a “relação dos homens com a natureza exige, com absoluta necessidade, a relação entre os homens” e, em razão disto, “a vida social compreende uma grande diversidade de atividades voltadas para atender às necessidades que surgem por meio do desenvolvimento das relações dos homens entre si” (Lessa, 2012, p. 25). Para a autora, não impede o entendimento do trabalho enquanto categoria fundante (centralidade ontológica), visto que, os demais complexos sociais se originam através dele e na mediação com ele.

Este conceito possibilita concluir que a vulnerabilidade social está associada à menor capacidade de enfrentar situações de risco, de controlar as forças que têm consequências nas oportunidades de chances de boa inserção

ocupacional proporcionadas pelo Estado, mercado ou sociedade (Pereira e De Souza Almeida, 2015). Como o crítico e filósofo Karl Marx ressaltou como a sociedade capitalista infere na classe dominada em frente às condições sociais que estas perpassam:

Karl Marx, em *O Capital*, 1867, alertava para as contradições inerentes à sociedade capitalista moderna. Estas sociedades possuíam um caráter antagônico porque suas relações de produção teriam como essência a busca pelo lucro, o que geraria a exploração das forças de trabalho, definindo nitidamente uma classe dominante e uma classe dominada (Bertoldo, 2016, p.77).

Para tanto, é essencial delimitar a perspectiva da crítica ontológica marxiana frente às várias teses e discursos que apregoam a necessidade de “conquistar o Estado para reformá-lo” e que com a luta contra a exclusão social pode-se, concretamente, defender a democracia e a cidadania. Porque, se for perdida de vista a relação entre cidadania e Estado, enquanto manifestações de dominação de uma classe sobre a outra, será perdido também o cerne com a radicalidade que é precisa para a transformação qualitativa da sociedade (Tonet, 2004).

Diante da vulnerabilidade relacionada à condição das famílias e indivíduos para enfrentar questões próprias do ciclo geracional, das relações sociais e da dinâmica do território, propiciar oportunidades de acesso a trabalho, renda e serviços públicos poderá ser determinante para maior ou menor qualidade de vida e cidadania (Gomes e Pereira, 2005).

Compreende-se que as representações sociais, como movimento MST, tendem a comunicar à sociedade a materialidade do projeto de Reforma Agrária Popular do MST, por meio da divulgação de conteúdo sobre a produção e doação de alimentos saudáveis, que se concretiza em forma de alimento àquelas famílias em situação de vulnerabilidade, atingidas pela fome ou insegurança alimentar (Engelmann, 2023).

2.3 A INSEGURANÇA ALIMENTAR DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19

No Brasil, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é determinada pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) no artigo 3º (Salles-Costa, *et al.*, 2022). Esta lei enfatiza a realização “do direito de todos ao acesso regular e contínuo a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem

comprometer o acesso a outras necessidades fundamentais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (Brasil, 2006).

De acordo com Bernardes, *et al.* (2021) a insegurança alimentar (IA) existe a partir do momento em que os indivíduos não têm acesso econômico, social e físico apropriado a quantidades suficientes de alimentos seguros e nutritivos para o crescimento e desenvolvimento normais e uma vida ativa e saudável.

No entanto, para Zago (2021), a situação da SAN no Brasil preocupa em razão de que não estava mais na agenda institucional do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro desde a posse em 2019 e principalmente com a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) em 2020, no começo de março de 2023, foi recriado novamente pelo presidente Lula. O autor reflete acerca da desarticulação e enfraquecimento dessa forma de suma relevância para o diálogo entre a comunidade e o governo para assegurar a promoção da segurança alimentar e nutricional, questiona-se a fragilidade nas tomadas de decisão associadas à garantia da SAN, especialmente em populações em vulnerabilidade socioeconômica.

Em seguida, aconteceu a pandemia mundial da Covid-19 que fragilizou ainda mais o contexto da SAN, diante do desafio de pautar ações e acompanhar os seus impactos (Bernardes, *et al.*, 2021). No mais, para Schappo (2021) a insegurança alimentar foi ampliada, com a expansão do novo coronavírus no Brasil, isso expressa o agravamento de uma tendência ascendente dessa vulnerabilidade, nos últimos anos no país.

De acordo com o relatório do II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar (Brasil, 2022), a insegurança alimentar tem se agravado no Brasil, e a fome está ainda mais presente na vida dos brasileiros nos últimos anos. O relatório aponta que, em 2019, a situação piorou com o impacto da pandemia Covid-19, até os dias atuais apenas 4 entre 10 famílias conseguem acesso pleno à alimentação no país.

Os dados desse relatório dissertam que a fome já atinge cerca 33,1 milhões de brasileiros, 14 milhões a mais que em 2020 (Brasil, 2022). No Município de Laranjeiras do Sul - Paraná, os dados mais recentes são para o

ano de 2017, com o trabalho de Southier e Triches (2017). As autoras verificaram, uma prevalência maior de pessoas em insegurança alimentar, conforme sistematizado no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1: Índice de insegurança alimentar no ano de 2017 dos beneficiários do PBF do município de Laranjeiras do Sul – PR, dos meios urbano e rural.

	URBANO N (%)	RURAL N (%)	TOTAL
Segurança Alimentar	0 (0,0)	4 (16)	4 (4,7)
Insegurança Leve	27 (44,3)	12 (48)	39 (45,3)
Insegurança Moderada	16 (26,2)	6 (24)	22 (25,6)
Insegurança Grave	18 (29,5)	3 (12)	21 (24,4)
Total	61 (70,9)	25 (29,1)	86 (100)

Fonte: Southier e Triches (2017).

Segundo as autoras, em relação ao meio de residência, a maior parte dos beneficiários urbanos relatou uma insegurança alimentar leve, seguida de grave e moderada. No meio rural, as autoras indicam que, em números relativos, observa-se uma prevalência maior de pessoas em segurança alimentar ou insegurança leve (64% no meio rural contra 44,3% no meio urbano).

No entanto, não constam dados atuais sobre como foram os impactos da insegurança alimentar em Laranjeiras do Sul durante a Covid-19 e posteriormente. Há apenas dados nacionais, o que torna muito relevante esse tipo de trabalho.

O surgimento da Covid-19, somado ao aprofundamento da crise econômica e ao desmonte de políticas públicas que promovam a redução das desigualdades sociais da população, afetou de maneira desigual as populações mais vulneráveis do Brasil. Em 2019, foi levantado mais de 13 milhões de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza e insegurança alimentar no país (IBGE, 2019).

De acordo com o Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Paraná (2020-2023). Foi elaborado pela Câmara Governamental Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN-PR), em conjunto com o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA-PR), a partir das deliberações da V Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CESAN), é relevante salientar que, a partir de 2020, a pandemia de Covid-19 ocasionou impactos diretos e indiretos nas condições de saúde e nutrição da população, trazendo consequências de modo direto à segurança alimentar e

nutricional, principalmente nas populações mais vulneráveis. Neste mesmo plano, é estimado que o contexto epidemiológico atual e seus efeitos sociais e econômicos tenham se agravado em todas as formas: má nutrição, desnutrição, obesidade e deficiência de micronutrientes.

Os dados nacionais do I Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia do COVID (Brasil, 2022) revelam que atualmente mais da metade da população brasileira está em situação de insegurança alimentar, aproximadamente 58,7%, ou seja, 6 a cada 10 delas passa dificuldade para comer. São mais de 125,2 milhões de brasileiros que não têm comida garantida nem em quantidade e nem em qualidade.

A concretização desse cenário indica uma necessidade em relação à busca de possibilidades que incorporem os princípios da agroecologia, bem como as demandas do mercado avaliando as mudanças no decorrer do tempo no meio rural (Lobato, 2021). Por isso, a autora ressalta as perspectivas e possíveis soluções diante à expansão do agronegócio na conjuntura presente. Por isso, torna-se relevante estudar como o MST, ao trabalhar com agroecologia e ter doado alimentos durante a pandemia do Covid-19, interferiu na situação de (in)segurança alimentar no município de Laranjeiras do Sul. A fim de avançar na apresentação da pesquisa, o próximo tópico tratará da metodologia aqui utilizada.

3 METODOLOGIA

3.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA E CONSIDERAÇÕES GERAIS

É importante enfatizar que a referida pesquisa contida neste trabalho parte de uma base bibliográfica sistemática, onde realizou-se a busca de materiais já publicados a respeito da agroecologia e do MST e da vulnerabilidade social, considerando a (in)segurança alimentar e nutricional durante a pandemia do coronavírus no Brasil.

A proposta metodológica deste trabalho foi, além da pesquisa bibliográfica sistemática, os dados do município de Laranjeiras do Sul tendo como fonte o IBGE e o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) municipal.

Nessa proposta de pesquisa foram analisados um conjunto de famílias através da categoria "Vulnerabilidade Social". Também se analisou como a pandemia do Covid-19 impactou ainda mais esses fatores. Nesse sentido, justificou-se utilizar também pesquisa qualitativa, pois os convidados para esta experiência foram entrevistados. Conforme Creswell e Creswell (2021), esta é uma abordagem voltada para explorar o entendimento do significado do problema imposto aos indivíduos e a coleta de dados geralmente ocorre no âmbito dos sujeitos entrevistados como forma de interpretar e analisar os dados.

As entrevistas buscaram analisar os índices de segurança alimentar dos indivíduos de cada família ou conjunto familiar reunidos na mesma residência, a partir da "Escala Brasileira de Insegurança Alimentar" (EBIA), instrumento que mensura a insegurança alimentar por meio de 14 perguntas, sendo cada uma equivalente a um ponto na escala de insegurança alimentar (Tabela 2). Porém, é importante ressaltar que a escala leva em conta dois modelos de famílias ou conjuntos familiares, os que possuem menos de 18 anos morando no mesmo ambiente de adultos e as famílias ou conjuntos familiares onde residem idosos e crianças e também habitam apenas maiores de 18 anos.

Quadro 2: Ponto de corte segundo o nível de segurança/insegurança alimentar

	Domicílios com menores de 18 anos	Domicílios com maiores de 18 anos
Segurança Alimentar	0	0
Insegurança Alimentar Leve	1	5
Insegurança Alimentar Moderada	6	3
Insegurança Alimentar Grave	1	14

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, 2014.

Assim, tem-se por meio da EBIA (Anexo A), que quanto maior a pontuação da família, maior é o seu índice de insegurança alimentar. Nesse sentido, 0 (Zero) pontos correspondem a famílias com segurança alimentar. Famílias que apresentam de 1 a 5 pontos, sem menores de 18 anos, e de 1 a 3 pontos para famílias com menores de 18 anos, já se encontram em situação de insegurança alimentar leve.

Este trabalho é de cunho método de coletas, análise e amostragem envolveu a obtenção de dados descritivos, alcançados no contato direto do pesquisador com a circunstância estudada, ou seja, o trabalho do MST para diminuir a insegurança alimentar da população urbana durante a pandemia da Covid-19. E por destacar mais o processo do que o produto e se preocupar em retratar o cenário e ponto de vista dos participantes (Ludke e André, 2014).

Foi também de cunho quantitativo por determinar por meio de números se as generalizações previstas na teoria se sustentam ou não, conforme explica Knechtel (2014), podendo ser utilizado a quantificação de perfis populacionais, indicadores socioeconômicos, preferências, comportamentos dos indivíduos, dentre outros aspectos (Rodrigues, De Oliveira e Dos Santos, 2021).

A referida pesquisa também foi realizada a campo onde foi possível identificar as famílias no território pelo no CRAS do município de Laranjeiras do Sul, as vulneráveis e aquelas que ficaram em isolamento social na pandemia que receberam as cestas de alimentos na pandemia Covid-19, no território da cidade.

Foram selecionadas 20 famílias deste território para serem realizadas entrevistas com questionário semiestruturado. Essas famílias representam 50% das famílias atendidas pelo CRAS". Além disso, foi realizado entrevista com as famílias de produtores rurais do MST de Laranjeiras do Sul que forneceram os alimentos agroecológicos para as referidas famílias.

Houve colaboração/parceria entre o CRAS e lideranças do MST do Município de Laranjeiras do Sul/PR, onde foi identificadas as referidas famílias do território de Laranjeiras do Sul, juntamente com a parceria das famílias em situação de vulnerabilidade social e famílias dos agricultores do MST.

Com a decadência humanitária compulsória pela pandemia da Covid-19, já havendo indício da crise econômica onde a população viveu com pouca proteção social, impactando de forma desigual essa população com índices históricos de desigualdade social. Além disso, o tratamento desnivelado entre homens, mulheres, pessoas trans e demais identidades de gêneros também ocasiona a desigualdade social.

A partir disso, origina-se exclusão e pobreza, desrespeito e anulação dos benefícios, discriminações nas possibilidades de evolução, e com base existindo um público que surge vivendo no território, segue o mapa do Brasil, com localização do Estado do Paraná, localizado na região sul do país.

Figura 1: Mapa do Brasil

Fonte: Google Maps.

Figura 2: Mapa do Estado do Paraná

Fonte: Google Maps.

O Estado do Paraná situa-se na região do sul do Brasil e sua capital é Curitiba. De acordo com a localização, o estado paranaense faz limite com o Estados de São Paulo ao norte, com o Oceano Atlântico a leste, Mato Grosso do Sul a noroeste, Santa Catarina ao sul, a fronteira com Argentina a sudoeste, e com o Paraguai a oeste.

O município de Laranjeiras do Sul é uma cidade localizada no estado do Paraná, de acordo com a localização, o município faz limites com Marquinho, Cantagalo, Virmond, Porto Barreiro, Rio Bonito do Iguçu e Nova Laranjeiras. Também traz uma história rica e importante, a cidade possui uma relevância histórica que remota aos tempos da colonização do país. No município de Laranjeiras do sul esta localizados os assentamentos 08 de Junho e Bugre Morto e Recanto da natureza.

Figura 3: Mapa do Município de Laranjeiras do Sul-PR

Fonte: Google Maps.

A Oxfam Brasil menciona que, o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo e essa vergonhosa posição coloca milhões de pessoas em situação de pobreza e fome. Mas acredita que o combate às desigualdades é urgente para reduzir a pobreza e injustiças e construir uma sociedade mais justas. Nesse sentido a Lei que institui auxílio emergencial estabelece:

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

E com a criação da Lei 13.982, de 02 de abril de 2020.

Institui o auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Conteve o pagamento por três meses seguidos de um auxílio emergencial.

Art. 1º Fica instituído, até 31 de dezembro de 2020, o auxílio emergencial residual a ser pago em até quatro parcelas mensais no

valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) ao trabalhador beneficiário do auxílio emergencial de que trata o art. 2º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, a contar da data de publicação desta Medida Provisória.

Também acrescentado esses valores para as famílias que já recebiam o Bolsa Família (BF) e também a continuidade ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) do Programa do Leite das Crianças (PLC) Esse é um programa do governo do Paraná.

É um auxílio no combate à desnutrição infantil, por meio da distribuição gratuita e diária de um litro de leite a criança de seis a 36 meses, pertencentes a família cuja renda por pessoa não ultrapasse meio salário mínimo regional.

Na saúde as famílias do programa com de até 07 anos tem acompanhamento de peso e altura para cada fase de crescimento, exige-se a carteira da vacinação em dia, as gestantes beneficiadas do PBF também recebem acompanhamento do pré-natal e orientações durante toda a fase de amamentação.

Houve mudanças no governo do Bolsonaro, sobre o PBF (Programa Bolsa Família) que passou a ser chamado de Auxílio Brasil, assim criou-se um benefício emergencial temporário efetivo somente durante a pandemia de Covid-19. Para as que estava na folha de pagamento do Bolsa Família e perderam parte do valor recebido em decorrência do enquadramento no Auxilio Brasil.

Nem todas as famílias estavam no auxílio emergencial, pois as que possuíam ou tinham renda familiar mensal *per capita* acima de meio salário-mínimo e renda familiar mensal total acima de três salários mínimos não se enquadravam no Programa.

Da mesma forma os trabalhadores “boias-frias” urbanos que executam o trabalho na zona rural, sem vínculos e os catadores de reciclagem. Nem todos os indivíduos possuíam o Cadastro Único dos Programas Sociais (CadÚnico), com muita dificuldade em adquirir o auxílio emergencial, até mesmo na falta de conhecimentos e sem acesso à rede de comunicação e às informações em geral, inclusive sobre benefício emergencial.

Porém, pessoas que não possuem aparelhos eletrônicos e internet nas suas casas se dirigiam até a Caixa Econômica Federal para realizar o benefício, ou procuravam amigos que possuíam aplicativos de banco e tinham conhecimento para cadastrar no sistema Caixa Econômica.

Juntamente com ajuda dos profissionais do CRAS e profissionais da saúde, os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) levavam as informações

concretas para as famílias, onde os usuários deveriam realizar o cadastro para retirarem as cestas de alimentos orgânicas e as demais que eram fornecidas pelas outras entidades.

Assim sendo, as coletas de dados das famílias eram realizadas por preenchimento de um formulário do cadastro CADÚNICO, feito isso e selecionado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistente Social (MDS) a família passava a receber o benefício mensal do Bolsa Família.

Na saúde, as famílias com crianças de até 7 anos, participantes do programa, têm acompanhamento de peso e altura para cada fase de crescimento, além da exigência da carteira de vacinação estar em dia. As gestantes beneficiárias do Bolsa Família também recebem acompanhamento do pré-natal e orientações durante toda a fase de amamentação.

Sob este aspecto, cabe não esquecer que as consequências mais dramáticas da pandemia são também de longo prazo, restando pouca incerteza quanto ao envolvimento de uma já esperada paralisação para a vida de milhões de pessoas.

Em uma pesquisa feita com inúmeras mulheres, elas alegaram que superaram a fome da família fazendo os alimentos com o que tinham na geladeira ou no armário, se alimentavam apenas com macarrão e arroz. Também alegaram que quando acabava os alimentos, pediam ajuda para os familiares e vizinhos que, na maioria das vezes, dividiam os alimentos para saciar a fome.

Cabe ressaltar, ainda que, na falta dos alimentos, as pessoas acabavam adoecendo, isso acontecia porque as refeições diárias diminuem e alimentavam-se poucas vezes ao dia, principalmente as crianças em fase de crescimento e as gestantes, idosos e pessoas frágeis com saúde vulnerável.

Até mesmo, antes da pandemia, muitas pessoas já tiveram dificuldades para adquirir alimento, na falta de emprego não possuíam dinheiro para comprar alimentos adequados. A entrevistada alega que não se pode permitir que este quadro se agrave, como ocorreu na época da pandemia Covid-19.

Os movimentos organizados também fizeram a ação de doação de alimentos, contribuindo com muitos benefícios para as famílias em vulnerabilidade, que receberam cestas de alimentos.

Ainda assim, no fato da pesquisa ser com as famílias de vulnerabilidade social e as de agricultores MST, entende-se que os impactos da pandemia do

Covid-19 e os impactos da economia sobre o mercado de trabalho deixou para essas pessoas um abalo muito grande pela falta de trabalho e, principalmente no financeiro.

Nesse sentido, também houve uma mobilização para a realização das políticas sociais do CRAS que precisou se mobilizar rapidamente para auxiliar as famílias em situação de vulnerabilidade social.

No contexto recente da pandemia, a maioria dos domicílios no território era chefiada por mulheres, haja vista que o homem tradicionalmente é considerado o chefe da família. As mulheres dessas famílias se destacaram por fazerem a grande parte da liderança do lar, também do trabalho doméstico, pois, elas cuidam dos seus filhos, pais idosos e maridos. A falta de oportunidade de emprego para mulheres em vulnerabilidade social, tem vários motivos, sendo que o mais importante é a falta de qualificação profissional. Algumas dessas mulheres deixam suas casas para trabalhar como diaristas. São mulheres expostas a emprego informal sem carteira assinada.

O Município De Laranjeiras do Sul – PR, através da Secretaria de Assistência Social (CRAS) e Clubes de Mães, dá a oportunidade para essas mulheres de se qualificarem, e oferece cursos profissionalizantes para as mulheres de todas as idades, como por exemplo: cursos culinários, artesanatos, manicure, cabeleireiro, massagem, corte costura, pintura de tecidos, panificação, etc.

Em visita às famílias do território, as mulheres e jovens alegaram que o isolamento social do novo coronavírus escancarou diferentes aspectos da desigualdade social, entre eles: a questão referente aos hábitos alimentares, um novo impacto às famílias, tiveram que moderar com os gastos de alimento, e as variedades dos produtos para conseguir passar os dias de isolamentos da pandemia.

Tiveram dias em que não havia alimentos suficientes, como de costume, as refeições eram regradas para suprir a fome, a diminuição na quantidade e na qualidades dos alimentos. Para não haver desperdício de alimentos, era consumido a menor quantidade possível na hora do preparo do alimento e não se jogava nada fora, a sobra de alimentos era oferecido para seus animais de estimação como gatos e cães.

A situação financeira não permitia que as pessoas usassem outros alimentos como verduras, legumes e frutas, e carnes ou peixes, pois a estrutura social e em que as pessoas se encontravam eram de limitações para consumir os alimentos de suas preferências.

Portanto, comia-se o que tinha para saciar a fome. Durante a pesquisa, foi observada a relação social da pobreza e fome no índice da vulnerabilidade social no Bairro Industrial e outras. Os dados foram coletados durante a pandemia do Covid-19, no ano 2021, caracterizando a pobreza e a fome naquele território. Houve reclamação das mulheres e mães que, durante a pandemia Covid-19, houve um grande consumo de bebidas alcoólicas por parte de seus cônjuges e os filhos adultos, que se tornaram agressivos com seus filhos e esposas.

Feita a coleta de dados sobre a doação de alimentos agroecológicos, e também, sobre a possibilidade de acrescentar esses alimentos orgânicos fornecidos pelos agricultores do MST, na ampliação das novas cestas de alimentos ocasionais que são doados pelo CRAS do de Laranjeiras do Sul Pr.

Pode-se esperar resultados positivos dessa relação, entre os agricultores do MST e o governo municipal, para ampliação das cestas de alimentos orgânicos e os alimentos agroecológicos, produzidos pelos pequenos agricultores do MST do município.

Os agricultores familiares do MST se comoveram com a situação das famílias do território que se encontravam em isolamento na pandemia da Covid-19 e falta de alimento para saciar a fome. As famílias de agricultores MST de assentamentos de Laranjeiras do Sul: como os assentamentos 08 de junho, Passo Liso, Bugre Morto e acampamento Recanto de Natureza.

Encaminhou-se os alimentos agroecológicos para as pessoas de vulnerabilidade social do território, com as seguintes variedades de alimentos tipo: arroz, feijão, abóbora, mandioca, fubá crioulo, legumes, hortaliças e frutas que compuseram a sacola de alimentos que chegaram até as famílias carentes do território. As doações de outras entidades, como associações do Banco do Brasil, Rotaract Club, e igrejas, juntamente com outras entidades, também ajudaram a mobilizar a ação contra a fome na pandemia e no suprimento de alimentos saudáveis para do território. A seguir, são apresentadas fotos registradas na distribuição das sacolas de alimentos.

Figura 4: Alimentos guardados em sacos plásticos.

Fonte: Wilson Ferreira/MST.

Figura 5: Armazenamento de alimentos em sacolas plásticas.

Fonte: Wilson Ferreira/MST.

Figura 6: Agricultores organizando as doações

Fonte: Jaine Amorim /MST-PR.

Figura 7: Organização dos alimentos para o transporte

Fonte: Jaine Amorim /MST-PR.

Figura 8: Agricultores do MST

Fonte: Jaine Amorim /MST-PR.

Figura 9: Família em Situação de Vulnerabilidade Social

Fonte: Jaine Amorim /MST-PR.

Segue boletim informativo diário do Covid-19 de Laranjeiras do Sul no dia 10 de dezembro de 2020.

Figura 10: Boletim Diário Coronavírus Laranjeiras do Sul 10/12/2020

BOLETIM DIÁRIO CORONAVÍRUS 10/12/2020 (COVID-19)		
Secretaria de Saúde de Laranjeiras do Sul		
✓	Casos confirmados	475
🙋	Recuperados	439
🔍	Casos suspeitos	59
✗	Casos descartados	1087
💔	Óbitos	03

Fonte: Jornal Correio do Povo (2020)

Figura 11: Boletim Diário Corona vírus Laranjeiras do Sul 22/12/2023

BOLETIM SEMANAL CORONAVÍRUS 22/12/2023 (COVID-19)		
Secretaria de Saúde de Laranjeiras do Sul		
✓	Casos confirmados	7736
🙋	Recuperados	7617
🔍	Casos suspeitos	00
✗	Casos descartados	2608
💔	Óbitos	118

Fonte: Informativo Covid-19, cidade de Laranjeiras do Sul – PR (2023).

3.2 OBJETIVO DE PESQUISA: O HISTÓRICO DO MOVIMENTO DOS SEM TERRA EM LARANJEIRAS DO SUL- PARANÁ E A SUA RESPOSTA A ATUAL CRISE SAN

O histórico do MST, pode ser contado a partir do assentamento “8 de Junho”, situado em Laranjeiras do Sul, no estado do Paraná, que ocupa 1.477 hectares e possui capacidade para 74 famílias. Este assentamento foi conquistado em razão da luta de camponeses associados ao MST, que acamparam nas margens da BR 158 em um trecho que atravessa no sentido norte-sul a fazenda Rio do Leão, no dia 8 de junho de 1997 (Cezimbra, 2013).

Do total de 74 lotes que o assentamento possui, somente 71 são ocupados por unidades de produção camponesas, já que três deles foram destinados para a instalação de um campus da UFFS (Coca, 2015), no qual são oferecidos os seguintes cursos: Agronomia, Ciências Econômicas (com ênfase em Economia Solidária), Engenharia de Alimentos, Engenharia de Aquicultura, Interdisciplinar em Educação do Campo e Educação do Campo, Ciências Humanas e Sociais.

Segundo Coca (2016) a existência dessa unidade universitária, dentro do assentamento, era uma antiga demanda de lideranças políticas de Laranjeiras do Sul e dos municípios circunvizinhos, e é um exemplo do significado dos camponeses na discussão sobre o desenvolvimento regional.

Uma das primeiras iniciativas de organização coletiva dos camponeses assentados aconteceu no ano de 2001, com a criação de uma associação comunitária. Durante a sua origem, houveram outras discussões de programas sociais que poderiam dar início, como o PAA, que passou a ser efetivado no assentamento no ano de 2005, e no ano de 2007, a associação deu lugar à Cooperativa *Cooperjunho* (Coca, 2015).

O MST participou de outros programas governamentais de compra de alimentos, outras ações que intencionam melhorar a renda dos camponeses assentados, e são executadas pela *Cooperjunho* como a venda de refeições (ex.: café colonial e marmitex), o gerenciamento e abastecimento da cantina do campus da UFFS e a participação na feira agroecológica (Coca, 2015).

A *Cooperjunho* desempenha duas funções principais em Laranjeiras do Sul: de um lado, tem possibilitado a comercialização de produtos cultivados por

camponeses assentados; de outro, tem colaborado para a oferta de alimentos variados para indivíduos que são atendidas por entidades socioassistenciais (Coca, 2015).

Em abril de 2020, no ano o qual a população estava mais desassistida pelo governo, e esta deveria ser prioridade, pois passava-se por um ano de pandemia, Bianchi (2020) registrou que o MST doou duas toneladas de alimentos produzidos pelos agricultores agroecológicos do Assentamento 8 de Junho, Recanto da Natureza e Assentamento Passo Liso localizado no Município de Laranjeiras do Sul-PR, para a população urbana mais carente (Bianchi, 2020). Além disso, continuam as doações nos anos posteriores. A produção diversa da Reforma Agrária alcançou as famílias que enfrentam dificuldades em garantir o alimento de cada dia nas cidades de Quedas do Iguaçu e Laranjeiras do Sul, onde o total foi de três toneladas de alimentos e mil litros de leite distribuídos nos dias 5, 6 e 8 de fevereiro de 2021 (MST, 2021).

3.3 MÉTODO DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A revisão integrativa aflora como uma metodologia que provê uma composição do conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultado de estudos significativos na prática. O termo "integrativa" de acordo com Botelho, Cunha e Macedo (2011 p. 127) “[...] tem origem na integração de opiniões, conceitos ou ideias provenientes das pesquisas no método”

A primeira parte do trabalho consistirá na revisão e delimitação sistemática da literatura especializada sobre o tema a ser estudado, para verificar o que já se tem produzido de pesquisas nessa área.

Para tanto foi empregada a revisão integrativa da literatura, a qual é um método específico, que resume o passado da literatura empírica ou teórica, para proporcionar um entendimento mais amplo de um fenômeno particular (Broome, 2006).

A pesquisa baseou-se em livros, manuais técnicos e artigos científicos, nas bases de dados, como *Scielo*, *Google Acadêmico* e *Web of Science*, referentes ao tema escolhido, com isso, os critérios de busca são artigos que possuem relação com o tema proposto, assim como trabalhos na língua portuguesa e inglesa, trabalhos publicados nos últimos 10 anos.

De acordo com Botelho (2011), a revisão integrativa possui seis etapas.

a) Etapa 1 – Consiste na identificação do tema e seleção da questão de pesquisa, a qual a pergunta da pesquisa deve ser clara, onde os objetivos a serem alcançados nessa etapa são:

- Definir o problema;
- Formular uma pergunta clínica de pesquisa;
- Definir os descritores;
- Definir a estratégia de busca nas fontes de dados;
- Definir as bases de dados;
- Estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão, ou seja, definindo

o problema da pesquisa.

b) Etapa 2 – Identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados, então, o autor deve realizar uma leitura minuciosa e criteriosa dos artigos. Uma vez elucidado o problema, a pergunta de pesquisa e os descritores por meio do qual buscam-se os artigos originais, a atenção se volta para a busca da melhor evidência.

Essa etapa depende muito dos resultados encontrados ou delineados na etapa anterior, pois um problema amplamente descrito tenderá a conduzir a uma amostra diversificada, exigindo maior critério de análise do pesquisador (De-La-Torre-Ugarte-Guanilo, Takahashi e Bertolozzi, 2011).

c) Etapa 3 – Após selecionar os artigos originais, deve-se avaliá-los quanto aos critérios de inclusão e exclusão e procedimentos de validade, para que se possa determinar quais são os mais relevantes, válidos, confiáveis e aplicáveis à questão clínica. Essa avaliação deve ser elaborada de forma concisa e fácil (Melnyk, *et al.*, 2010).

d) Etapa 4 – Categorização dos estudos selecionados, isto é, documentar todos os artigos selecionados.

Outro ponto importante na revisão integrativa é a análise dos dados. Para Whittemore e Knafl (2005), esse é um grande desafio para o pesquisador, pois a análise e a síntese de várias fontes são procedimentos complexos e diversos quanto ao tipo de abordagem metodológica qualitativa ou quantitativa.

e) Etapa 5 – Análise e interpretação dos resultados, posterior de toda seleção, discutir sobre os textos analisados na revisão integrativa. Essa etapa

diz respeito à análise e interpretação dos resultados, que serão expostas em forma de discussão.

O pesquisador, guiado pelos achados, realiza a interpretação dos dados e, com isso, é capaz de levantar as lacunas de conhecimento existentes e sugerir pautas para futuras pesquisas (Ganong, 1987, *apud* Botelho, Cunha e Macedo, 2011; Mendes, Silveira e Galvão, 2008; Melnyk, *et al.*, 2010).

f) Etapa 6 – Essa última etapa consiste na elaboração do documento que deve contemplar, de forma criteriosa, a descrição de todas as fases percorridas pelo pesquisador e apresentar os resultados obtidos (Botelho, Cunha e Macedo, 2011).

Figura 12: Diagrama das etapas da Revisão Integrativa

Fonte: Elaborado pela autora.

Foram definidos os seguintes descritores para a busca de materiais nas bases científicas: “Agroecologia”, “Vulnerabilidade Social”, “Laranjeiras do Sul” e “MST”. E, juntamente com operadores booleanos, formaram a seguinte *string* de busca (Agroecologia OR MST OR “Laranjeiras do Sul”) AND “insegurança alimentar” AND (Agroecology OR MST OR “Laranjeiras do Sul”) AND food insecurity. Foi utilizada a base científica Periódico Capes para buscar os artigos. Os materiais recuperados nas bases foram analisados por meio da aplicação dos critérios de inclusão e exclusão apresentados na Tabela 2, a seguir:

Quadro 1: Critérios de Inclusão e Exclusão

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO	CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO
Município de Laranjeiras do Sul- Paraná	Outros municípios do Estado do Paraná e do Brasil.
Famílias da zona rural e urbana do Município de Laranjeiras do Sul- Paraná	Famílias de outros municípios do Estado do Paraná e do Brasil.
Produção de alimentos orgânicos no Município de Laranjeiras do Sul- Paraná pelo MST.	Produção de alimentos que utilizam agrotóxico, e fora da organização do MST.
Período do COVID-19	<2020.

Fonte: Elaborado pela autora.

O *String* de busca foi estabelecido da seguinte forma: (“*movimento* social**” OR “*movimentos Sociais*”) AND (“*soberania alimentar*” AND (“*Covid-19*”).

Considerou-se a produção científica entre março de 2020, início da pandemia, até abril de 2022. Foram pesquisados artigos por meio de ferramentas de busca disponíveis nas plataformas.

Repositório da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), nos idiomas português, inglês, e espanhol.

Na segunda etapa da metodologia estabeleceu-se os critérios de inclusão e exclusão a fim de selecionar os materiais que seriam utilizados na construção do artigo (Botelho, Cunha e Macedo, 2011).

Na terceira etapa, foram identificados, selecionados e pré-selecionados os estudos que seriam utilizados (Botelho, Cunha e Macedo, 2011). Abaixo, a Figura 12 apresenta o Diagrama de Roses, que resume o processo de triagem, elegibilidade e inclusão dos artigos para esta revisão.

Figura 13: Diagrama de Roses

Fonte: Elaborado a partir do *template* do diagrama ROSES (Haddaway, *et al.*, 2018).

Nesta busca, foram recuperados 68 artigos, dos quais foram excluídos 4 artigos duplicados, 6 artigos de conteúdo não acessível ou não encontrado, e 51 artigos que após a leitura do título, palavras-chaves e resumo, não abordaram a Covid-19, os movimentos sociais camponeses, a soberania alimentar ou uma perspectiva de desenvolvimento rural sustentável. Dos 13 artigos que restaram, foram excluídos 6 artigos por não possuírem textos completos disponíveis. Dos 7 artigos restantes, um deles foi excluído após a leitura do texto completo por não tratar de movimento social camponês. Desta forma, obteve-se o resultado de 6 artigos.

Dado a baixa quantitativa de artigos recuperados por meio do procedimento acima explícito, optou-se pela inclusão de mais 5 artigos de conhecimento das próprias autoras, alguns provindos de literatura cinza. Após uma releitura destes materiais, concluiu-se que os artigos atenderam a todos os critérios de inclusão, inserindo-os neste estudo. Com essa complementação, a pesquisa reuniu o total de 11 artigos.

Na quarta etapa, ocorreu a categorização dos estudos selecionados. Ressalta-se a importância de se utilizar, nesta fase, de instrumentos que possibilitem analisar separadamente cada artigo, tanto em termos metodológicos, quanto em relação aos seus resultados, que permitam a síntese dos artigos, salvo quando suas diferenças (Botelho, Cunha e Macedo, 2011). Esse processo contou com a construção de duas matrizes de síntese criadas pela ferramenta de Planilhas do Google Drive, em formato de tabelas.

Na quinta etapa, foi realizada a análise e discussão dos resultados (Botelho, Cunha, Macedo, 2011). Em relação aos dados bibliométricos, além de discutir sobre os dados organizados na tabela de matriz síntese, ocorreu a criação de infográficos, com auxílio das ferramentas Canva e *VosViewer*, que situam a distribuição geográfica dos locais de pesquisa, as populações pesquisadas, os termos em comum mais utilizados, e as revistas de origem, facilitando assim a apresentação e análise deles.

No que tange a resposta à pergunta desta pesquisa, foi realizada uma análise de conteúdo a partir das categorias analíticas. Baseando-se em Bardin (1977), quando ele se refere ao método de análise temática, como meio de identificar, analisar e relatar os padrões de temas dentro dos dados, para que

esses sejam organizados e descritos de forma detalhada, levantando uma totalidade dos seus aspectos. Nesse sentido, é importante pensar no significado do tema. O autor define o tema como:

[..] a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que servem de guia à leitura. O texto pode ser recortado em ideias constituintes, em enunciados, e em proposições, portadores de significações isoláveis (Bardin, 1977, p. 105).

O tema irá funcionar como uma regra de recorte, e muitas vezes, como uma unidade de registro. Sendo assim, fazer uma análise temática é descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação, entendendo que a presença ou a frequência de aparição podem significar coisas importantes para o objetivo do trabalho (Bardin, 1977).

Figura 14: Rede dos descritores da pesquisa

Fonte: Elaborado pela autoras (2023).

A rede formada apresenta as expressões movimentos sociais e soberania alimentar, que estavam presentes no, *string* de busca da pesquisa, e os termos comida, sistema alimentar e agricultores, os quais podem ser considerados

termos alternativos aos descritores utilizados, não apresentando, com isso, novidade.

Contudo, é interessante o vínculo destes temas também com os termos transformação e transformação social, o que pode estar relacionado com a forma de ação que movimentos sociais desempenham na sociedade. Além disso, outras expressões presentes são a economia solidária, natureza, América Latina e compras/licitações públicas, que na análise a seguir se apresentam como perspectivas e ferramentas para solucionar a questão de pesquisa.

Após a revisão integrativa, foi realizada uma quantificação da população urbana e rural de Laranjeiras do Sul em situação de insegurança alimentar. Para esse propósito, foi levantado no banco de dados do CRAS e IBGE o número de famílias em vulnerabilidade social atingidas pela pandemia da Covid-19 no município, como mostra na Figura 14 abaixo:

Quadro 2: Número de famílias em vulnerabilidade social atingidas pela pandemia da Covid-19 no município.

10%	das famílias vivem em situações precárias de moradia
18%	possuem baixa renda familiar (até 1 salário mínimo vigente)
15%	estão desempregadas
18%	possuem baixo nível de escolaridade.

Fonte: CRAS- Laranjeiras do Sul- Paraná.

Na sequência, foi elaborada uma entrevista semiestruturada para coletar dados junto às famílias de produtores rurais do (MST) e com famílias de vulnerabilidade social identificadas na etapa anterior, a fim de traçar o perfil e conhecer a realidade de cada uma delas, incluindo idosos, doentes, que estão ou não inseridos nos programas da Assistência Social do Governo do Estado do Paraná.

Por meio dessa coleta de informações, foram contabilizadas e analisadas as respostas por atores envolvidos (famílias, associações de produtores, etc.) na cadeia produtiva de produtos orgânicos, com o intuito de identificar a quantidade de famílias que estão produzindo os alimentos. A complementar do tratamento dos dados obtidos pelas visitas domiciliares nas casas das famílias em vulnerabilidade social, foi realizado com base no cadastro do SUAS – Sistema Único de Assistência Social.

Dessa forma, foram utilizados dois questionários semiestruturados, um tratava das famílias em situação de vulnerabilidade, as quais utilizam o CRAS, e outro questionário aplicado pelos integrantes do MST, tratava da doação de alimentos, organizado pelo Assentamento 08 de Junho e Recanto da Natureza.

Nesse sentido, o Quadro 3 a seguir sintetiza as ferramentas de coleta de dados utilizadas para alcançar os objetivos específicos da pesquisa.

Quadro 3: Objetivos e ferramentas que foram utilizadas na pesquisa.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA PESQUISA	FERRAMENTA DE COLETA DE DADOS APLICADA
Identificar e verificar a renda básica dos indivíduos urbanos e rurais em situação de vulnerabilidade social que foram atingidos pela pandemia do Covid-19 em Laranjeiras do Sul – PR.	Base de dados do governo (CRAS e IBGE)
Compreender como se deu a organização de alimentos pelos agricultores agroecológicos do MST à população com insegurança alimentar no município de Laranjeiras do Sul.	Questionário Semiestruturado. Famílias de agricultores do MST, e famílias em vulnerabilidade social.

Fonte: Elaborado pela autora.

Referindo-se a pesquisa da seguinte forma: analisar as famílias de vulnerabilidade social e famílias e dos agricultores do MST no território do Município de Laranjeiras do Sul – PR, com o questionário das famílias de vulnerabilidade social, composto por 20 questões (16 para as famílias e 4 para os produtores), estando apresentadas no Apêndice A.

Por fim, a análise de dados ocorreu por meio dos dois agrupamentos de dados (dados do MST e famílias em situação de vulnerabilidade social), resultantes da base de dados do governo e das entrevistas e aplicação dos questionários semiestruturados, para que sejam traçados os perfis das famílias doadoras e atendidas do município, e identificar situações problemas existentes nas famílias, para que estes dados quantitativos e qualitativos sejam tabulados e analisados através de programas como o *Microsoft Office Excel*.

Para a realização da revisão integrativa, foi adotada uma abordagem sistemática para a seleção e análise dos artigos científicos relacionados ao tema

de doação de alimentos orgânicos por agricultores do MST durante a pandemia de COVID-19 e seu impacto nas famílias em situação de vulnerabilidade social.

Os critérios de inclusão foram definidos para garantir a seleção de estudos relevantes e de qualidade, considerando o período de publicação, idioma e enfoque temático.

Após a seleção dos estudos, foi realizada a extração dos dados, incluindo informações sobre os objetivos, métodos, resultados e conclusões dos artigos. Esses dados foram tabulados e analisados de forma sistemática, utilizando programas como o *Microsoft Excel* ou *software* estatístico adequado, permitindo a identificação de tendências, lacunas e convergências na literatura revisada.

A revisão integrativa permitiu a análise e síntese dos resultados dos estudos selecionados, fornecendo uma visão abrangente sobre o tema em questão. A partir dessa análise, foi possível identificar as principais características das famílias doadoras e atendidas, bem como as situações-problema enfrentadas por essas famílias durante a pandemia. Além disso, a revisão integrativa contribuiu para a identificação de lacunas de conhecimento e a formulação de recomendações para pesquisas futuras.

Em resumo, a análise de dados quantitativos e qualitativos provenientes dos agrupamentos de dados do MST e das famílias em situação de vulnerabilidade social, juntamente com a revisão integrativa da literatura, permitiu uma compreensão mais abrangente do impacto da doação de alimentos orgânicos durante a pandemia de COVID-19. Essas informações são essenciais para embasar políticas públicas e ações efetivas de enfrentamento da insegurança alimentar e da vulnerabilidade social.

3.4 LIMITAÇÕES DA METODOLOGIA UTILIZADA

É importante reconhecer as limitações da metodologia utilizada neste estudo. Algumas das limitações incluem:

a) Seleção de fontes: A busca bibliográfica pode não ter abrangido todas as fontes relevantes, devido a restrições de acesso a determinadas bases de dados ou a exclusão de artigos em idiomas diferentes do utilizado na pesquisa.

b) Viés de publicação: existe a possibilidade de que a revisão tenha sido afetada pelo viés de publicação, uma vez que estudos com resultados negativos

ou não significativos podem ter uma menor probabilidade de serem publicados, levando a uma análise tendenciosa dos resultados.

c) Generalização dos resultados: os resultados obtidos neste estudo podem ser aplicáveis apenas ao contexto específico do município de Laranjeiras do Sul, Paraná. Portanto, é importante considerar a possibilidade de que os resultados possam variar em outros contextos geográficos e socioculturais.

d) Dados qualitativos: embora a coleta de dados qualitativos por meio de entrevistas e questionários semiestruturados tenha fornecido informações valiosas, é importante reconhecer que esses dados podem estar sujeitos a vieses de interpretação e subjetividade.

e) Amostragem: a amostra utilizada neste estudo pode não ser totalmente representativa da população em estudo. A seleção das famílias doadoras e atendidas pode ter sido baseada em critérios específicos, o que limita a generalização dos resultados para outras populações em situação de vulnerabilidade social.

f) Limitações técnicas: a utilização de programas de análise de dados pode apresentar limitações em termos de complexidade das análises estatísticas, o que pode restringir a profundidade da análise dos dados. É fundamental ter em mente essas limitações ao interpretar os resultados deste estudo e considerar abordagens complementares ou futuras pesquisas que possam abordar essas limitações e fornecer uma visão mais abrangente do tema em questão.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi realizado a pesquisa, acompanhamento e a verificação da renda básica dos indivíduos urbanos e rurais em situação de vulnerabilidade social que foram atingidos pela pandemia do Covid-19 no território.

4.1 CARACTERÍSTICA SOBRE AS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS

A pesquisa baseou-se em livros, manuais técnicos e artigos científicos, nas bases de dados, como *Scielo*, *Google Acadêmico* e *Web of Science*, referentes ao tema escolhido, com isso, os critérios de busca são artigos que possuem relação com o tema proposto, assim como trabalhos na língua portuguesa e inglesa, trabalhos publicados nos últimos 10 anos.

Foi identificadas as famílias que residem no território do município de Laranjeiras do Sul, sendo que a maioria das famílias em situação de vulnerabilidade social já tiveram um envolvimento no campo, foi verificada as rendas básicas de cada uma delas. Colaboraram com a pesquisa, as famílias em situação de vulnerabilidade social, famílias de agricultores do MST. Famílias foram selecionadas pela equipe do (CRAS). A população do município de Laranjeiras do Sul, no estado do Paraná, é estimada em 32.227 pessoas. Essas informações foram obtidas a partir do Censo Demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Juntamente com a equipe do CRAS e representantes de Assistente Social revelou aproximadamente 20 famílias em situação de vulnerabilidade social que participaram das entrevistas dos estudos envolvendo a pesquisa de campo com o tema: Doação de alimentos orgânicos por Agricultores do Movimento Sem Terra (MST) durante a Pandemia COVID-19: Impacto para Famílias em vulnerabilidade social sobre a fome na pandemia do COVID-19, onde foram distribuídas as cestas de alimentos para as famílias em situação de vulnerabilidade social juntamente com ajuda das famílias de agricultores do MST que produziram os alimentos e doadas para o município de Laranjeiras do Sul/PR.

Também envolveu as famílias que passaram por necessidades e a falta de alimentos. Foram realizadas visitas domiciliares às famílias em situação de vulnerabilidade social nos bairros e centro, isolamento social do COVID-19.

As famílias relataram que passaram dias e meses muito difíceis, pois não tinham alimentos suficientes e nem dinheiro para comprar alimentos. As famílias passavam os dias de isolamentos com as doações das cestas de alimentos fornecida pelo CRAS e também as pessoas que se sensibilizaram com a situação onde vivem.

As situações financeiras não permitiam que as pessoas consumissem outros tipos de alimentos, pois a estrutura social e econômica em que as pessoas se encontravam eram de limitações para consumir os alimentos de suas preferências.

Assim, alimentavam-se o que tinha para saciar a fome, também nesta pesquisa foi analisada a relação social da pobreza e fome no território, índice da vulnerabilidade social no bairro industrial Laranjeiras do Sul Pr. Os dados coletados no período da pandemia Covid 19 entre o ano 2021 e 2022 caracterizando a pobreza e a fome no território. Verificar quadro X em anexo.

Das 20 famílias entrevistadas somente uma recebeu cestas orgânicas oriundas do MST. Houve 3141 a pessoas beneficiadas ou atendidas pelas instituições públicas de Laranjeiras do Sul. Para estas foi distribuída 1743 cestas de alimentos, das mil das 1.743 cestas distribuídas 500 foram oriundas do MST, ou seja 28% das cestas foram oriundas do MST, mas isso não está registrado.

Analisando esses aspectos da distribuição de cestas é possível concluir que houve falta de registro das distribuições de cestas de alimentos realizadas pelo MST. O entrevistado 01 relatou que não foi possível concluir todos os dados das doações pois as famílias agroecológicas queriam amenizar a fome das famílias na pandemia, pois sobre os motivos que levaram falta do Registro.

No entanto a primeira distribuição de cestas básicas de alimentos foi organizada e distribuída autonomamente pelo MST às famílias em vulnerabilidade alimentar de Laranjeiras do Sul. Ainda relata o agricultor entrevistado, que o MST fez doações de alimentos para o CRAS do município para distribuição para as família em situação de vulnerabilidade social na pandemia do covid-19.

Após essa ação do MST, o CRAS reuniu-se com as lideranças do MST para fazerem uma parceria na doações de alimentos agroecológicos para as famílias em situação de vulnerabilidade social do território de Laranjeiras do Sul. A partir disso a doação dos alimentos agroecológicos foi realizada conjuntamente.

Laranjeiras do Sul apresenta uma população de mais de 32 mil habitantes, dos quais são atendidos pelo CRAS 3141 pessoas. Essas pessoas sofrem em maior ou menor grau insegurança alimentar.

As famílias identificam que o recebimento das cestas básicas foi importantíssimo para a sua sobrevivência, mas não foi a única fonte de ajuda pois eles também tiveram ajuda de vizinhos e parentes.

Em todas as famílias entrevistadas o chefe da família sempre era uma mulher. Que para superar a falta de alimento tiveram que diminuir as quantidades e variedades dos mesmos para poder sobreviver o que demonstra insegurança alimentar em todos os aspectos

De todos os alimentos os mais consumidos são carboidratos de amido como macarrão, arroz e feijão que são alimentos baratos e fáceis de serem encontrados. Nenhuma fonte de proteína é citada pelos entrevistados. Nenhuma fonte de vitaminas é citada pelos entrevistados os mesmos não mencionam nem hortaliças folhosas, nem hortaliças tuberosas.

A pesquisa realizada para coleta de dados sobre a doação de alimentos agroecológicos e sobre a possibilidade de acrescentar esses alimentos orgânicos fornecidos pelos agricultores do MST, na ampliação das cestas de alimentos ocasionais que são doadas para famílias quando necessita dos alimentos doados pelo CRAS do município de Laranjeiras do Sul/PR.

A seguir, diversas imagens dos agricultores no seu processo produtivo e também em seus processos de organização social é importante compreender as diversas tecnologias que os agricultores desenvolvem para fazer produção agroecológica de alimentos, porém não menos importante é o processo de organização social dos mesmos no sentido de fazer a produção comercialização e distribuição desses alimentos.

Todos os agricultores familiares entrevistados, explicam o sentido da agroecologia na luta pelos alimentos saudável e na organização da produtividade e sobre o impacto da covid-19 e a crise que vivenciados de

maneira geral nos últimos anos. Explica que a agroecologia é a garantia de produção de alimentos saudáveis. Como explica a imagem abaixo:

Figura 15: Palestra na comunidade do Assentamento Recanto da Natureza/MST.

Fonte: Wilson Ferreira, Assentamento Recanto da Natureza (MST)

Nessas palestras os agricultores falam sobre a importância produtiva da agroecologia, da meta programadas na pandemia onde tiveram custos para a produzirem as hortaliças e não tiveram muitos lucros, tiveram muita perda na produção das hortaliças e frutas os produtos em geral.

O primeiro impacto para as famílias de agricultores agroecológica do MST, foi no período da pandemia COVID-19, onde o impacto que tiveram sobre a restrição de isolamentos da população pela tiveram que se isolar no período da pandemia, onde receberam comunicado da Vigilância Sanitária para estabeleceu o isolamento e afastamento da população com comorbidade para não contraísse o vírus do coronavírus. E fechou a feira onde os produtores do MST forneciam os produtos para outros feirantes do município.

As famílias dos produtores que tinha seus pais idosos que ajudavam na organizar com os alimentos e muitos idosos que tinham a saúde frágil que

ajudavam no campo com serviços leves tipo na organização dos alimentos de encaixotar e embalagem até na lavagem dos alimentos agroecológico para ser entregue na feira e ser fornecidos os alimentos agroecológicos.

Na entrevista com os agricultores relatam que também a pandemia do coronavírus abriu outras portas para os agricultores foi a comercialização por um período curto mais muito importante para os agricultores foi a entrega dos alimentos para feira de alimentos agroecológicos, destinada para uma cooperativa do MST na cidade Curitiba.

Os agricultores aderiram o pedido da Vigilância Sanitária, no entanto se reunirão com agricultores do MST e tiveram a ideia de entregar os alimentos agroecológicos que eram produzidos no campo e entregue para o consumidor. E assim foi estabelecido os dias da semana para entrega direta na dos alimentos para o consumidor na casa da cidade.

Os resultados que viveram no período da pandemia, e também teve a mudança climática e da estiagem tipo muito chuva e a falta de chuva, que causou diminuição dos números das colheitas dos produtos como aponta os agricultores do MST.

Alguns agricultores citam que a única vantagem que houve durante a pandemia foi o fato dele se voltarem mais para dentro das suas propriedades. Mas com o impacto da covid -19, também trouxe umas vantagens positivas para os agricultores foi sobre a qualidade dos alimentos agroecológicos no campo também sobre utilizando os recursos naturais no solo. No sentido de melhorar o solo, melhorar seus cultivos, preparar e adubar melhor as áreas de cultivo fazer isolamentos entre outras técnicas de produção, porém as grandes a grande desvantagem foi o fato de eles não poderem sair para comercializar

No outro ponto de vista sobre o solo, não é feito o uso de adubos químicos e nenhum tipo agrotóxicos, mas somente com intermediário e apenas organizada na sua cadeia de baixo custo na adubação de compostagem e cama de aviário. Somente com próprios recursos da propriedade: por exemplos as fotos abaixo:

O preparo da compostagem orgânicas para a cobertura do solo. São usados os galhos da poda das arvores frutíferas para a compostagem na cobertura do solo.

Figura 16: Plantação de bananas intercaladas com plantação de mandioca.

Fonte: Wilson Ferreira, Assentamento Recanto da Natureza (MST).

Figura 17: Plantação de bananeiras

Fonte: Wilson Ferreira, Assentamento Recanto da Natureza (MST).

Figura 18: Poda das arvores frutíferas

Fonte: Wilson Ferreira, Assentamento Recanto da Natureza (MST).

Figura 19: Galhos das arvores que são triturados para a compostagem orgânica usados na cobertura do solo.

Fonte: Wilson Ferreira, Assentamento Recanto da Natureza (MST).

Figura 20: Árvores frutíferas

Fonte: Wilson Ferreira, Assentamento Recanto da Natureza (MST).

Também é feita a poda, onde são retirados os galhos das árvores frutíferas que não produzem mais frutos saudáveis, os galhos triturados pelo agricultor são utilizados para fazer a compostagem orgânica na lavoura do agricultor.

Figura 21: Preparo do solo com cobertura de palhas da espécie da aveia orgânica adquirido na lavoura dos produtores MST.

Fonte: Wilson Ferreira, Assentamento Recanto da Natureza (MST).

Uso do sistema do plantio direto em hortaliças, é uma importante ferramenta para as famílias dos agricultores agroecológicos do MST, que trabalham com a produção de hortaliças essa técnica foi adotada nas pequenas propriedades, que beneficia das hortaliças dos alimentos onde acontece nas lavouras dos agricultores familiar agroecológicos do MST, que adotaram essa técnica, a terra é boa, fértil e bem cuidada isso porque os agricultores seguem alguns princípios que promovem a saúde do solo e das plantas de quem produz e de quem consome os alimentos orgânicos produzidos nas lavouras dos agricultores.

Figura 22: Preparo da terra sobre a palhada e o plantio das hortaliças.

Fonte: Wilson Ferreira, Assentamento Recanto da Natureza (MST).

Figura 23: Preparo da terra sobre a palhada e o plantio das hortaliças.

Fonte: Wilson Ferreira, Assentamento Recanto da Natureza (MST).

O preparo do solo permite uma plantação orgânica, e sem o uso dos agrotóxicos e sem o uso adubo químico, o plantio na lavoura orgânica traz enorme benefício para as famílias dos agricultores, além disso há diminuição de custo para os agricultores.

Figura 24: Preparo do Solo.

Fonte: Wilson Ferreira, Assentamento Recanto da Natureza (MST).

Figura 25: Consorcio no plantio das hortaliças.

Fonte: Wilson Ferreira, MST/2022

O consorcio do plantio das hortaliças, uma vez que as espécies de plantas possuem ciclos de crescimento diferentes como mostra na imagem, o plantio do alho e da alface.

Figura 26: Consorcio no plantio das hortaliças.

Fonte: Autora; assentamento 08 de junho MST/2024.

As plantas podem ser semeadas ou plantadas mesmo tempo ou mesma época de implantação durante o ciclo de vida das hortaliças.

Figura 27: Plantação de Hortaliças

Fonte: Wilson Ferreira, MST/2022.

Além disso, existe outra forma de cultivo que é o consorcio entre as culturas, onde são utilizadas várias variedades de hortaliças.

Figura 25: Cultivo das plantas em forma de barreira.

Fonte: Wilson Ferreira, MST/2022.

Os produtores adotam as medidas do plantio de barreiras vegetais ao redor das propriedades dos assentamentos.

Figura 28: Cultivo das plantas em forma de barreira.

Fonte: Wilson Ferreira, MST/2022.

Atualmente famílias dos agricultores agroecológicos MST, vem na necessidade de alimentos de qualidades, sem o uso de agrotóxicos e adubo químicos. Também vem avançando no cultivo do solo para evitar as erosões do solo, e através do plantio direto e a adubação verde e orgânica.

E a importância do cultivo do plantio do capim elefante e bananeira no uso das barreiras nas propriedades dos Assentamentos são para evitar que a propriedade seja contaminada com uso dos agrotóxicos vindo das outras propriedades de lavouras convencional.

Essa é uma das preocupações dos agricultores agroecológicos do MST, explica o agricultor que dentro dessa complexidade que existem várias formas de lidar com a terra e com a produção agroecológica e nos objetivos do Desenvolvimento sustentável.

Sendo realizada essa experiência é vivida na época da pandemia COVID-19, relata que nesse período tinham muitas verduras e frutas que se acabaram se perdendo nas lavouras, essas verduras eram fornecidas para as merendas escolas e foi escoada por causa da pandemia, tiveram muitas perdas, seja em produzir e vender.

Devemos, entretanto, não exagerar este custo, não entender demasiado ao exclusivismo porque a realidade social não se cinge apenas no consumismo puro, mas na expressão econômica-social de um povo. A solução ao dilema não está no atendimento exclusivo ao pão ou ao aço, mas simultaneamente ao pão e à ação, em proporções impostas em face das circunstâncias sociais e das disponibilidades econômicas existentes. Todas as tentativas de exigir de qualquer coletividade um custo social ameaçadores. (CASTRO, 2008, p. 283)

Alguns agricultores que não tem nenhum tipo de benefício governamental que apoia a sua ação.

Enquanto isso, as lideranças do Setor de Produção e cooperação e meio ambiente MST do território do município de Laranjeiras do Sul Pr. Se movimentaram para analisar outros aspectos, reunidos as famílias de agricultores para fazerem ações na distribuição desses alimentos agroecológicos para as famílias em situação de vulnerabilidade social do território, asilo e hospitais.

Figura 29: Exemplo a foto abaixo colheitas dos alimentos agroecológicos

Fonte: Wilson Ferreira, Assentamento Recanto da Natureza (MST).

Agricultores organizam as sacolas de alimentos para as doações.

Figura 30: Armazenamento de grãos

Fonte: Wilson Ferreira, Assentamento Recanto da Natureza (MST).

Agricultores organizam armazenamento dos grãos em embalagens peti.

Figura 31: Colheita de mandiocas e batatas doce

Fonte: Jaine Amarin.

Os agricultores familiares, tiveram que se adaptar com a pandemia do COVID, pois trouxe uma série de prejuízo para os agricultores do MST. Embora o campo rural seja essencial na produção de alimentos para a população, que conte as variedades de grãos, frutas, raízes, verduras e legumes esses produtos são os maiores valores para a humanidade.

Embora, em um país desenvolvido como o Brasil, os produtores de alimentos convencionais são assistidos por recursos do Governo. E são apontados como produção de lucro e de mais valia. Mas, apenas famílias de agricultores agroecológicos quase tentativas para a resolução desses problemas com os subsídios, e sobretudo.

A desvalorização do campo, com dificuldades para adquirir recursos na produção rápida dos alimentos agroecológicos, e nas demandas de produtos, esses produtores não conseguiram realizar trabalhos no período certo da produção de seus alimentos agroecológicos, pois não demonstram interesse pelos governantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante considerar que a pandemia de covid 19 teve um profundo impacto na vida das famílias em situação de vulnerabilidade social em Laranjeiras do Sul. A principal vulnerabilidade que essas famílias sofriam era a falta de alimentos. Nesse sentido é importante ressaltar que a doação de alimentos ecológicos e de cestas básicas contendo os itens primordiais para sobrevivência dessas famílias, foi fundamental para que as mesmas pudessem passar esse período difícil.

Os agricultores sofreram profundamente durante a pandemia, pelo fato de não poderem comercializar diretamente os seus produtos com os consumidores pois era proibido aglomeração em função da possibilidade de contaminação pelo Vírus SARS Covid-19. Isso marcou profundamente as famílias que tiveram que ficar isoladas no interior do espaço rural. A possibilidade de organização de cestas com alimentos orgânicos ou ecológicos, foi uma das alternativas importantes para o escoamento da sua produção.

Alguns agricultores citam que a única vantagem que houve durante a pandemia, foi o fato deles se “voltarem mais para dentro das suas propriedades”

no sentido de melhorar o solo. Também melhorar seus cultivos, fazer isolamentos, entre outras técnicas de produção, porém a grande desvantagem foi o fato de eles não poderem sair para comercializar.

Os agricultores que fizeram o processo de doação de cestas para as famílias em vulnerabilidade alimentar, afirmam, que não tem nenhum tipo de benefício governamental que apoia a sua ação. Sobre a renda básica das famílias em situação de vulnerabilidade social, é possível afirmar que a grande maioria tem uma renda per capita abaixo da linha da pobreza, entrevista com família X que possui renda per capita (CAD + Bolsa Família) 810,00 que não possui crianças menores de 0 a 6 a renda e de 810,00. Famílias X que possui crianças (CAD + Bolsa Família) 387,50 e renda per capita de 175,00, família X não possui criança menor de 0 a 6 anos a renda (CAD + Bolsa Família) 233,33 e renda per capita no valor 0,00 e não possuem crianças menores de 0 a 6 anos. Apresentam uma renda abaixo de um quarto de um salário mínimo. Essa condição coloca-os em situação de vulnerabilidade social geral, principalmente alimentar.

Sobre a organização dos agricultores agroecológicos ligados ao MST para a elaboração das cestas, é possível afirmar que historicamente, o movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra, desenvolve ações de solidariedade com as populações mais pobres, em áreas em catástrofes, como no caso do Haiti, e diversos países que correm risco alimentar.

Os Assentamentos aqui de Laranjeiras do Sul especialmente Assentamento 8 de Junho e o Recanto da Natureza, são Assentamentos já em processo desenvolvido de organização interna para a produção agroecológica e também para a distribuição de alimentos no espaço urbano.

Conta com estrutura organizativa de um grupo de produção, carro para transporte, caixas plásticas, sacolas plásticas e prática de produção de cestas para distribuição no espaço urbano.

Isso facilitou muito a organização de novas cestas de alimentos para a distribuição para a população em vulnerabilidade social. Praticamente todas as famílias envolvidas, já haviam elaborados cestas para comercialização em Laranjeiras do Sul e isso facilitou muito na prática da organização das cestas para doação.

Além disso, esses dois Assentamentos já desenvolviam uma prática de produção de hortaliças e frutíferas agroecológicas. Em ambos os Assentamentos existem produção orgânica Certificada pela Rede Ecovida de Agroecologia e garantida pelo Ministério da Agricultura. Esse processo de certificação é reconhecido internacionalmente e também pelo Governo brasileiro.

O MST doou mais de 2.300 toneladas de alimentos básicos para as populações em situação de vulnerabilidade social. Durante a pandemia foram mais de 10 mil cestas básicas com mais de 40 kg de alimentos por cesta e isso foi determinante para amenizar o sofrimento dessas famílias em Laranjeiras do Sul.

Foram doados 2.260 cestas alimentos para o banco do Brasil para que o mesmo distribuísse entre as famílias necessitadas, e mais 570 cestas de alimentos que o MST doou diretamente para essas famílias em Laranjeiras do Sul. Também teve outras entidades que doaram 1.743 cestas de alimentos para as famílias em situação de vulnerabilidade social.

No Paraná, ação envolveu 20 comunidades de 07 municípios. São eles, Espigão Alto do Iguaçu, Porto Barreiro, Goioxim, Cantagalo, Quedas do Iguaçu, Laranjeiras do Sul, Rio Bonito do Iguaçu e mais sete terras indígenas que foram contempladas com alimentação ecológica produzida pelo MST durante a pandemia.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, C. M. B.; CABREIRA, M. A. B. As práticas educativas em agroecologia do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST) e os desafios frente às ordens impostas pelo capitalismo no campo brasileiro. **Revista Tamoios**, v. 12, n. 2, 2016

AHMED, F.; *et al.* **Why inequality could spread COVID-19**. *Lancet Public Health*. 2020.

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. *Agroecology and the emergence of a post COVID-19*. **Agriculture and Human Values**, v. 37, n. 3, p. 525-526, 2020.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 1ª Ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

Associação Brasileira de Agroecologia. **Caderno Metodologias: inspirações e experimentações na construção do conhecimento agroecológico**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2017.

BALDUÍNO, T. Terra para o alimento não para o lucro. In: **Jornal Mundo Jovem**, Editora da PUCRS, Rio Grande do Sul, p. 12-13, 2006.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Edição 70. Presses Universitaire de France. Lisboa, 1970.

BENEFIELD, L. E. **Implementing evidence-based practice in home care**. *Home Healthcare Nurse*, Baltimore, v. 21, n. 12, p. 804-811, Dec. 2003.

BERNARDES, M. S.; *et al.* (In) segurança alimentar no Brasil no pré e pós pandemia da COVID-19: reflexões e perspectivas:(In) segurança alimentar no pré e pós pandemia. **Inter-American Journal of Medicine and Health**, v. 4, 2021.

BERTOLDO, E. Marxismo, luta de classes e opressões: a educação em questão. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 8, n. 1, p. 73-90, 2016.

BEZERRA, I.; SCHNEIDER, S. Produção e consumo de alimentos: o papel das políticas públicas na relação entre o plantar e o comer. **Revista Faz Ciência**, v. 14, n. 19, p. 35-35, 2012.

BIANCHINI, L. **MST recebe Voto de Louvor na Assembleia Legislativa do PR por ações de solidariedade**. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2020/04/28/mst-recebe-voto-de-louvor-na-ass-emb-leia-legislativa-do-pr-por-aco-es-de-solidariedade>. Acesso em: 15 fev. 2023.

BORGUINI, R. G.; DA SILVA TORRES, E. A. F. Alimentos orgânicos: qualidade nutritiva e segurança do alimento. **Segurança alimentar e Nutricional**, v. 13, n. 2, p. 64-75, 2006.

BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. do. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, p. 645-660, 2013.

BOTELHO, *et al.* O Método da Revisão Integrativa nos Estudos Organizacionais. **Gestão e sociedade**. Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006. Diário Oficial da União, Brasília, 2006

BRASIL. Lei de segurança alimentar e nutricional. Disponível em: [BRITO, F. R. dos S. de Sá; BAPTISTA, T. W. de F. Sentidos e usos da fome no debate político brasileiro: recorrência e atualidade. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, 2021.](http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2011.346%2C%20DE%2015,quada%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 13 fev.2023.</p></div><div data-bbox=)

BROOME, M. E. Integrative literature reviews for the development of concepts. In: RODGERS, B. L.; CASTRO, A. A. **Revisão sistemática e meta-análise.** 2006.

BUSSO, G. **El enfoque de la vulnerabilidad social en el contexto latinoamericano: situación actual, opciones y desafíos para las políticas sociales a inicios del siglo XXI.** Santiago, Chile: CEPAL, 2001.

CALDART, R. S. O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos avançados**, v. 15, p. 207-224, 2001.

CANDIOTTO, L. Z. P. Agroecologia: Conceitos, princípios e sua multidimensionalidade. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 2, n. 2, p. 25-25, 2020.

CAVALCANTE, L. V. **As firmas tomaram conta de tudo: território, agronegócio e questão agrária.** Editora CRV, 2020.

CEZIMBRA, E. N. **Desenvolvimento socioambiental no assentamento Oito de Junho.** 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2013.

CIDSE. **Os princípios da agroecologia:** rumo a sistemas alimentares justos, resilientes e sustentáveis. Bruxelas, 2018.

COCA, E. Impactos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nas unidades de produção camponesas do assentamento “08 de Junho”, em Laranjeiras do Sul-PR. In: Ideas. **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.** Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, p. 27-56, 2015.

COMISSÃO ORGANIZADORA DA I CONFERÊNCIA NACIONAL, POPULAR, AUTÔNOMA: por Direitos, Democracia e Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Garantir o direito à alimentação e combater a fome em tempos de coronavírus; em 2020. Disponível em:

<http://alimentacaosaudavel.org.br/wp-content/uploads/2020/03/2020-recomendacoes-sobre-direito-alimentacao-no-contexto-da-covid-2.pdf>. Acessado em: 20 fev. 2022.

COSTA, S. Estrutura social e crise política no Brasil. **Dados**, v. 61, p. 499-533, 2018.

CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. D. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Penso Editora, 2021.

DAUFENBACK, V.; COELHO, D. E. P. BÓGUS, C. M. Sistemas Alimentares e violações ao Direito Humano à Alimentação Adequada: reflexões sobre a pandemia de covid-19 no Brasil. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 28, p. e 021005-e 021005, 2021.

DE CARVALHO, C. A.; VIOLA, P. C. de A. F.; SPERANDIO, N. *How is Brazil facing the crisis of Food and Nutrition Security during the COVID-19 pandemic?* **Public Health Nutrition**, v. 24, n. 3, p. 561-564, 2021.

DE MOURA, F. A.; NOGUEIRA, C. M.; GOUVÊA, M. A. Atributos determinantes na decisão de compra de consumidores de alimentos orgânicos. **Agroalimentaria**, v. 18, n. 35, p. 75-86, 2012.

DOS SANTOS, J. O.; *et al.* Agricultura orgânica e sustentabilidade. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 7, n. 5, p. 9, 2012.

ENGELMANN, S. I. Representações sobre a Solidariedade Sem Terra no site do MST, em agosto de 2020. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, v. 21, n. 51, 2023.

FAO. *Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO-UN)*. **The Right to Adequate Food. Human Rights. Fact Sheet Nº 34**. Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights New York: FAO-UN; 2010.

FERNANDES, S. A. S.; SILVA, R.; CARMO, V. T. Produção de alimentos e segurança alimentar no Brasil durante a pandemia. Mundo e Desenvolvimento: **Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais**, São Paulo, v. 1, n. 5, p. 92-112, 2021.

FOLHA UOL. Famílias lutam contra a fome na pandemia. 2021. Disponível: <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2021/03/familias-lutam-contr-a-fome-em-m-ais-de-um-ano-de-pandemia.shtml>. Acesso em: 12 mar. 2023.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREITAS COCA, E. L. Impactos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nas unidades de produção camponesas do assentamento “8 de Junho”, em Laranjeiras do Sul-PR1. **Revista IDEAS**, v. 9, n. 1, 2015.

GALINDO, E.; *et al.* **Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil**. 2021.

GLIESSMAN, S. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.

GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 2, p. 357-363, 2005.

IBGE. 2020. Pesquisa de orçamentos familiares: 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil. IBGE. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101749>. Acesso em: 07 mar. 2023.

IBGE. 2021. Dados de Laranjeiras do Sul- Paraná. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/laranjeiras-do-sul/panorama>. Acesso em: 17 fev. 2023.

KAZTMAN, R. *Segregacion espacial, empleo y pobreza en Montevideo*. In: **Revista de la CEPAL**, n. 85. Santiago de Chile: CEPAL. 2005.

KNECHTEL, M. R. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba, PR: Intersaberes, 2014.

LESSA, S. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. 3. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LINO, M. V. **Família em vulnerabilidade social** uma produção da demanda / Michelle Villaça Lino, 100 f., 2010.

LOBATO, C. C. **Agricultura familiar como protagonista do cooperativismo em contexto de pandemia: o caso da cooperativa agroindustrial 8 de Junho-Coperjunho**. 2021.

LÖSCH, E. L.; BRICARELLO, P. A.; GAIA, M.C. de M. Agroecologia e segurança alimentar em tempos de pandemia de Covid-19. **Revista Katálysis**, v. 25, p. 551-559, 2022.

LOUREIRO, B. ZARREF, L. Produzir alimentos saudáveis e plantar árvores: a Reforma Agrária Popular no combate ao Coronavírus. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, 2020.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2ª edição. Rio de Janeiro: E.P.U., 2014.

MALUF, R. S.; et al. Agricultura sensível à nutrição e a promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 8, p. 2303- 2312, 2015.

MESQUITA, C.; VERGARA, P. **Marmita Solidária fortalece trabalhadores informais na capital carioca**. Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, São Paulo, 21 ago. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/08/21/marmita-solidaria-fortalece-trabalhadores-informais-na-capital-carioca/>. Acesso em: 01 set. 2022.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE COMBATE À FOME. Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional. Disponível em <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wpcontent/uploads/sites/7/2017/08/328.pdf> Acesso em: 20 fev. 2022.

MOLARDI BAINY, E. TAVARES DOS PASSOS FRANCISCO, C.; BATTESTIN QUAST, L. ZANELLA PINTO, V. FIDELIS DOS SANTOS, G. H. COVID-19 e a produção de alimentos: reação a pandemia e perspectivas de futuro. **Revista Brasileira de Agrotecnologia**, v. 11, n. 2, p. 355-362, 2021.

MOURA, J.T. V. de; MONTEIRO, L. M. Democratização ou assimetria da representação: notas sobre os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional. **Revista Política e Sociedade**, v. 09, n. 16, 2010.

MST. Produtos do MST. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/07/22/5-mil-familias-sem-terra-preparam-doacao-de-200-toneladas-de-alimentos-no-pr/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

NASCIMENTO, A. L.; et al. A construção de capacidades e meios de vida na garantia da segurança alimentar do rural pernambucano. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 19, n. 2, p. 50-62, 2012.

NIEDERLE, P.A; ALMEIDA, L. A nova arquitetura dos mercados para produtos orgânicos: o debate da convencionalização. In: NIEDERLE, P.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F.M.(Orgs.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, p. 23-67, 2013.

NOVAES, H.T. et al. A economia política da “revolução verde”, a agroecologia e as escolas de agroecologia do MST. In: NOVAES, H.; MAZIN, A. D.; SANTOS, L. (org.). *Questão Agrária, cooperação e agroecologia*. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, p. 209-231, 2016.

PENSSAN, REDE. I INQUÉRITO NACIONAL SOBRE INSEGURANÇA ALIMENTAR. Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]: II VIGISAN: relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. – São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022.

PEREIRA, L. T.; DE SOUZA ALMEIDA, M. A definição do perfil de vulnerabilidade para acesso à política de permanência no ensino superior. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, v. 8, n. 1" p. 132-154, 2015.

PINHEIRO, A. R.de O.; CARVALHO, M. de F. C. C. de. Transformando o problema da fome em questão alimentar e nutricional: uma crônica desigualdade social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, p. 121-130, 2010.

PLANO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. 2020-2023 organização de Veloso, Valdenir Batista. - Curitiba, PR: CAISAN/PR. 2021. RIBEIRO, C. D. S. G. Segurança alimentar e nutricional: interfaces e diminuição de desigualdades sociais. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 9, n. 1, p. 41–52, 2013.

RIBEIRO, C. D. S. G. Segurança alimentar e nutricional: interfaces e diminuição de desigualdades sociais. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 9, n. 1, p. 41–52, 2013.

RIBEIRO-SILVA, R. de C.; et al. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 3421-3430, 2020.

RODRIGUES, T. D. de F. F.; DE OLIVEIRA, G. S.; DOS SANTOS, J. A. As pesquisas qualitativas e quantitativas na educação. **Revista Prisma**, v. 2, n. 1, p. 154-174, 2021.

SALLES-COSTA, Rosana et al. Sistemas alimentares, fome e insegurança alimentar e nutricional no Brasil. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2022.

SANTOS, L. P. dos; et al. Tendências e desigualdades na insegurança alimentar durante a pandemia de COVID-19: resultados de quatro inquéritos epidemiológicos seriados. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, 2021.

SCHAPPO, S. Fome e insegurança alimentar em tempos de pandemia da covid-19. **SER Social**, [S. l.], v. 23, n. 48, p. 28–52, 2021.

SILVA FILHO, O. J. da; GOMES JÚNIOR, N. N. O amanhã vai à mesa: abastecimento alimentar e COVID-19. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00095220, 2020.

SIPIONI, M. E.; *et al.* **Máscaras cobrem o rosto, a fome desmascara o resto: COVID-19 e o enfrentamento à fome no Brasil**. 2020.

SOUTHER, N. TRICHES, R. M. Programa Bolsa Família: impacto na alimentação e papel da aquisição não monetária no meio urbano e rural. **Interações**, v. 21, p. 871-884, 2020.

SOUZA FILHO, C. F. M. de; *et al.* **Agroecologia, biodiversidade e soberania alimentar**. Curitiba, PR: CEPEDIS, 2021.

STEDILE, J. P. A agroecologia é o caminho para sair da crise. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, 2020.

TONET, I. **Democracia ou liberdade**. Maceió: EDUFAL, 2004.

UDMALE, P.; *et al.* Global food security in the context of COVID-19: A scenario-based exploratory analysis. **Progress in Disaster Science**, v. 7, p. 100120, 2020.

VALADARES, A. A.; *et al.* **Agricultura familiar e abastecimento alimentar no contexto do covid-19: uma abordagem das ações públicas emergenciais**. Nota Técnica nº 69 – abril de 2020. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 30 p, 2020.

ZAGO, M. A. V. As implicações do cenário pandêmico do COVID-19 frente a Segurança Alimentar e Nutricional: uma revisão bibliográfica. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 28, p. e 021008-e 021008, 2021.

ZOLA, M. B. **Práticas sociais, família e proteção social**: um estudo acerca das políticas familiares em diferentes cidades/países. In: Mito RCT, Campos MS, Carloto CM, organizadoras. **Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez Editora, p. 45-93, 2015.

APÉNDICE

Questionário A

Questionário das famílias de vulnerabilidade social.

1) De que forma a família conviveu ou superou a falta de alimentos durante a Pandemia Covid-19? questão geral

2) Quem é o chefe da família?

3) Quais foram a(as) alternativa(s) em para suprir a alimentação da família?

4) Quais os alimentos mais consumidos?

5) Quais foram as formas usadas para evitadas o desperdício dos alimentos em

Momentos que havia sobras dele?

6) Houve doação de alimentos por parte do Município?

7) Houve doação de alimentos por parte do MST?

8) Houve doação de alimentos de outras fontes?

9) Qual a importância da doação desses alimentos para a família?

10) Por quê?

11) Quanto a doação de alimentos supriu a necessidade da família?

até 30%;

de 31 a 60 %;

de 61 a 90%;

acima de 90%.

12) Quem entregou os alimentos para sua família?

13) De que forma os alimentos chegaram acondicionados em sua família?

14) Qual era a situação de conservação desses alimentos?

– Para hortifrutigranjeiro:

frescos;

murchos;

- avariados;
 estragados.

Quadro 5: Questionário das famílias de vulnerabilidade social.

Perguntas	Sim ou não	
01) De que forma a família conviveu ou superou a falta de alimentos durante a pandemia Covid-19? questão geral	recebendo ajuda das pessoas	
02) Quem é o chefe da família?	São as mulheres	
03) Quais foram (as) alternativa(s) em para suprir a alimentação da família?	Diminuir os alimentos	
04) Quais os alimentos mais consumidos?	Macarrão arroz e feijão	
05) Quais foram as formas usadas para evitadas o desperdício dos alimentos em momentos que havia sobras dele?	Fazia menos alimento	
06) De que forma a família conviveu ou superou a falta de alimentos durante a pandemia Covid-19? questão geral	Recebendo doações	
07) Houve doação de alimentos por parte do Município?	sim	
08) Houve doação de alimentos por parte do MST?	sim	
09) Houve doação de alimentos de outras fontes?	sim	
10) Qual a importância da doação desses alimentos para a família? Por quê?	Ajudando a saciar a fome. Não tinham condições para comprar os alimentos.	
11) Quanto a doação de alimentos supriu a necessidade da família? ☐ até 30%; ☐ de 31 a 60 %; ☐ de 61 a 90%; ☐ acima de 90%	Todas famílias diz acima de 90%	
12) Quem entregou os alimentos para sua família?	CRAS e MST	
13) De que forma os alimentos chegaram acondicionados em sua família?	Entregado nas casas pelo CRAS e MST	
14) Qual era a situação de conservação desses alimentos? – Para hortifrutigranjeiro: ☐ frescos; ☐ murchos; ☐ avariados; ☐ estragados. – Para cereais e industrializados: ☐ em bom estado; ☐ próximo ao vencimento; ☐ vencido	Todas famílias disseram que os alimentos eram frescos E os cereais industrializados Alimentos do bom e não verificavam a validade	
15) Você sabe o que significa alimento orgânico ou agroecológico?	Nenhuma das famílias sabia,	

	não tinham a menor ideia	
16) Você sabe de onde vem os alimentos que vocês recebem na cesta?	nenhuma das familiares sabia	

OBS: O CRAS enquadrou todos os fornecedores como agricultores familiares.

Fonte: Elaborado pela autora.

Questionário B

Questionário para os agricultores

1) Quais os impactos que os produtores tiveram na pandemia Covid-19 na comercialização dos alimentos agroecológicos?

2) Quais são as vantagens e desvantagens para os pequenos agricultores durante a pandemia?

3) A agricultura familiar oferece benefícios para os pequenos produtores rurais que participam dos movimentos sociais rurais, quais são?

Quadro de Distribuição das Cestas Básicas (COVID-19)

Instituição	Beneficiados por instituição	Agente responsável	Beneficiados por agente
Centro da Juventude	194	1.A	194
CRAS	2814	2	730
		3.A	859
		4	401
		4	383
		5	290
		6	65
		7	86
CREAS	123	8	2
		9	1
		10	114
		11	1
		12	1
		13	4
Secretaria de Assistência Social	10	14.A	10
Total	3141		3141

Instituição	Beneficiados por instituição	Agente responsável	Beneficiados por agente
Centro da Juventude	194	V.G.	194
CRAS	2814	R.M.B.S.	730
		V.G.	859
		A.M.B.	401
		J.M.M.	383
		M.A.S.	290
		J.A.F.R.C.	65
		F.J.J.	86
CREAS	123	E.A.C.	2
		F.M.	1
		R.F.R.	114
		M.A.S.	1
		S.M.	1
		A.S.	4
Secretaria de Assistência Social	10	V.G.	10
Total	3141		3141

Caracterização das Cestas	Total	Relação ao total distribuído	%
Agricultura Familiar	805	0,4618	46,18
Agricultura Familiar (Com produtos Orgânicos)	2	0,0011	0,11
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	198	0,1136	11,36
Agri. Fam. + PAA	53	0,0304	3,04
CRAS	33	0,0189	1,89
Defesa Civil	331	0,1899	18,99
MST (08/02/2021)	76	0,0436	4,36
SCFV	2	0,0011	0,11
Emater	3	0,0017	0,17
Cesta Básica Concedida	77	0,0442	4,42
Sindicato Rural (6 kg de Feijão)	163	0,0935	9,35
Total de cestas	1743	1,0000	100,00

		Relação Beneficiários X Cestas	%
	Nomes de Beneficiários	3141	0,5549
	Cestas Distribuídas	1743	
	Beneficiário	Cestas recebidas	número de cestas
1	1	Entrega de cesta básica (24/03/2021);	1
		Agricultura familiar (30/03/2021);	1
			total pro beneficiário
			5

		Entrega de cesta básica (20/05/2021);	1	
		Entrega de cesta básica (17/06/2021);	1	
		Agricultura familiar (24/08/2021);	1	
2	2	Agricultura familiar (08/07/2020);	1	5
		Entrega de alimentos (14/09/2020);	1	
		Programa de Aquisição de Alimentos (18/06/2021);	1	
		EMATER (13/07/2021);	1	
		EMATER (18/08/2021);	1	
3	3	Agricultura familiar (06/07/2020);	1	1
4	4	Agricultura familiar (07/07/2020);	1	8
		Agricultura familiar (03/08/2020);	1	
		Programa Emergencial Compra Direta (08/10/2020);	1	
		MST (12/02/2021);	1	
		Agricultura familiar (24/08/2021);	1	
		Entrega de cesta básica (20/09/2021);	1	
		Defesa Civil (18/05/2021);	1	
		Cesta Básica Concedida (04/03/2022);	1	
5	5	Agricultura familiar (06/07/2020);	1	5
		Agricultura familiar (16/07/2020);	1	
		Entrega de cesta básica (24/03/2021);	1	
		Defesa Civil (18/05/2021);	1	
		Entrega de cesta básica (20/09/2021);	1	
6	6	Agricultura familiar (02/07/2020);	1	5
		6 kg feijão sindicato rural (01/09/2020);	1	
		Agricultura familiar (27/07/2021);	1	
		Defesa Civil (21/02/2022);	1	
		Entrega de cesta básica (25/03/2022);	1	
7		Agricultura familiar (01/07/2020);	1	1
8	7	Agricultura familiar (03/07/2020);	1	1
9	8	Agricultura familiar (02/07/2020);	1	3
		Agricultura familiar (03/07/2020);	1	

		6 kg feijão sindicato rural (01/09/2020);	1	
10	9	6 kg feijão sindicato rural (01/09/2020);	1	1
11	10	Agricultura familiar (03/07/2020);	1	1
12	11	Agricultura familiar (03/07/2020);	1	4
		Entrega de cesta básica (13/09/2021);	1	
		2 Entrega de cesta básica (08/06/2021);	2	
13	12	Agricultura familiar (02/07/2020);	1	1
14	13	Agricultura familiar (01/07/2020);	1	1
15	14	Agricultura familiar (03/07/2020);	1	4
		6 kg feijão sindicato rural (01/09/2020);	1	
		Defesa Civil (17/02/2022);	1	
		Entrega de cesta básica (04/04/2022);	1	
16	15	Agricultura familiar (03/07/2020);	1	4
		6 kg feijão sindicato rural (01/09/2020);	1	
		Agricultura familiar (11/09/2020);	1	
		Defesa Civil (18/02/2022);	1	
17	16	Agricultura familiar (03/07/2020);	1	2
		6 kg feijão sindicato rural (01/09/2020);	1	
18	17	Agricultura familiar (01/07/2020);	1	2
		Agricultura familiar (11/02/2021);	1	
19	18	Agricultura familiar (02/07/2020);	1	1
20	19	Agricultura familiar (03/07/2020);	1	2
		6 kg feijão sindicato rural (01/09/2020);	1	
	total de cestas recebidas		57	57

	Beneficiário	Cestas recebidas	numero de cestas	total por beneficiario		
1	1	Entrega de cesta básica (24/03/2021);	1	5	0,09	8,77
		Agricultura familiar (30/03/2021);	1			
		Entrega de cesta básica (20/05/2021);	1			
		Entrega de cesta básica (17/06/2021);	1			
		Agricultura familiar (24/08/2021);	1			

2	2	Agricultura familiar (08/07/2020);	1	5	0, 09	8,77
		Entrega de alimentos (14/09/2020);	1			
		Programa de Aquisição de Alimentos (18/06/2021);	1			
		EMATER (13/07/2021);	1			
		EMATER (18/08/2021);	1			
3	3	Agricultura familiar (06/07/2020);	1	1	0, 02	1,75
4	4	Agricultura familiar (07/07/2020);	1	8	0, 14	14,0 4
		Agricultura familiar (03/08/2020);	1			
		Programa Emergencial Compra Direta (08/10/2020);	1			
		MST (12/02/2021);	1			
		Agricultura familiar (24/08/2021);	1			
		Entrega de cesta básica (20/09/2021);	1			
		Defesa Civil (18/05/2021);	1			
		Cesta Básica Concedida (04/03/2022);	1			
5	5	Agricultura familiar (06/07/2020);	1	5	0, 09	8,77
		Agricultura familiar (16/07/2020);	1			
		Entrega de cesta básica (24/03/2021);	1			
		Defesa Civil (18/05/2021);	1			
		Entrega de cesta básica (20/09/2021);	1			
6	6	Agricultura familiar (02/07/2020);	1	5	0, 09	8,77
		6 kg feijão sindicato rural (01/09/2020);	1			
		Agricultura familiar (27/07/2021);	1			
		Defesa Civil (21/02/2022);	1			
		Entrega de cesta básica (25/03/2022);	1			
7	7	Agricultura familiar (01/07/2020);	1	1	0, 02	1,75
8	8	Agricultura familiar (03/07/2020);	1	1	0, 02	1,75
9	9	Agricultura familiar (02/07/2020);	1	3	0, 05	5,26
		Agricultura familiar (03/07/2020);	1			
		6 kg feijão sindicato rural (01/09/2020);	1			
10	10	6 kg feijão sindicato rural (01/09/2020);	1	1	0, 02	1,75
11	11	Agricultura familiar (03/07/2020);	1	1	0, 02	1,75
12	12	Agricultura familiar (03/07/2020);	1	4	0, 07	7,02
		Entrega de cesta básica (13/09/2021);	1			
		2 Entrega de cesta básica (08/06/2021);	2			
13	13	Agricultura familiar (02/07/2020);	1	1	0, 02	1,75

14	14	Agricultura familiar (01/07/2020);	1	1	0,02	1,75
15	15	Agricultura familiar (03/07/2020);	1	4	0,07	7,02
		6 kg feijão sindicato rural (01/09/2020);	1			
		Defesa Civil (17/02/2022);	1			
		Entrega de cesta básica (04/04/2022);	1			
16	16	Agricultura familiar (03/07/2020);	1	4	0,07	7,02
		6 kg feijão sindicato rural (01/09/2020);	1			
		Agricultura familiar (11/09/2020);	1			
		Defesa Civil (18/02/2022);	1			
17	17	Agricultura familiar (03/07/2020);	1	2	0,04	3,51
		6 kg feijão sindicato rural (01/09/2020);	1			
18	18	Agricultura familiar (01/07/2020);	1	2	0,04	3,51
		Agricultura familiar (11/02/2021);	1			
19	19	Agricultura familiar (02/07/2020);	1	1	0,02	1,75
20	20	Agricultura familiar (03/07/2020);	1	2	0,04	3,51
		6 kg feijão sindicato rural (01/09/2020);	1			
			57	57	1,00	100,00

		Relação	%
Cestas do MST	2	0,0351	3,51
Total de cestas por Beneficiarios	57		
		Relação	%
Cestas Distribuidas	1743	0,033	3,27
Total de cestas por Beneficiarios	57		

Fonte: Elaborado pela autora.

ANEXO

ANEXO A – Questionário – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)

a) Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?

Respostas das 08 famílias entrevistadas que sim.

(x) sim

() não

b) Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?

As famílias que já vinham recebendo o BF, possuíam dinheiro para comprar o alimento básico.

Algumas das famílias receberam doações de cestas básicas do CRAS. Exceto as pessoas que trabalhavam como diárias, e os desempregados que trabalhavam sem assinar carteira eles não tinham dinheiro.

c) Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?

Sim, e também recebiam doações ocasionais de cesta de alimentos.

d) Nos últimos três meses, algum morador jovem deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?

Os jovens alegaram que tiveram que diminuir a quantidade e qualidades dos alimentos que consumiam.

e) Nos últimos três meses, algum morador jovem, alguma vez comeu menos do que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?

Sim, os jovens alegaram que tiveram que diminuir a quantidade dos alimentos meses que havia não dinheiro

f) Nos últimos três meses, algum morador adolescente, alguma vez deixou de ter uma alimentação variada porque não havia dinheiro para comprar comida?

ANEXO 2 – Quadro de famílias que receberam o auxílio alimentação da agricultura familiar.

Código Familiar	NIS Responsável Familiar	Nome do Responsável Familiar	Endereço	Bairro	IVF PR	Data Entrevista CadÚnico
23952 56390	161814 66135	1	RUA RIO GRANDE DO SUL,	BANCÁRIOS	0,2 702	26/05 /2022
63009 29906	165274 26446	2	RUA BARÃO DO RIO BRANCO	BANCÁRIOS	0,2 346	09/09 /2020
40842 1932	165301 18021	3	RUA ROBSON FAE	BEE	0,1 811	27/01 /2022
48180 60755	123042 08624	4	RUA VEREADOR JOSÉ AYRES DE OLIVEIRA	CENTRO	0,3 673	29/03 /2023

64869 8904	163523 02700	5	AVENIDA JOSE CAMPIGOTTO	CENTRO	0,3 154	01/09 /2022
60343 24254	203243 19260	6	RUA PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHKE	CENTRO	0,2 904	16/11 /2021
32578 90370	206761 63208	7	RUA MARECHAL CÂNDIDO RONDON	CENTRO	0,2 119	17/08 /2021
47223 55592	165615 73138	8	RUA SANTANA	CENTRO	0,1 644	05/04 /2022
52781 09912	212886 72286	9	RUA GETULIO VARGAS, FUNDOS	CENTRO	0,1 346	26/02 /2021
36237 09905	130763 55529	10	RUA URUGUAI, FUNDOS	CRISTO REI	0,4 131	02/07 /2021
14744 97403	204003 84269	11	RUA PARAGUAI, FRENTE	CRISTO REI	0,1 936	20/09 /2023
69540 42889	165435 96083	12	RUA PRESIDENTE JOHN FITZGERALD KENNEDY	CRISTO REI	0,1 042	15/03 /2022
57661 40924	130060 24531	13	RUA VIRMOND	JOAO FERNANDES	0,2 888	18/05 /2021
14745 00552	128010 30521	14	RUA LUIZ RUTHS	LARANJEIRAS 1	0,2 596	21/09 /2023
15521 39549	166332 58187	15	RUA LUIZ RUTHS	LARANJEIRAS 1	0,1 894	16/08 /2021
31083 76268	203243 18051	16	AVENIDA DALMO PUTINI, FUNDOS	MINEIRO	0,3 465	31/08 /2022
77430 57380	127535 82531	17	RUA EUNICE LOPES	MONTE CASTELO	0,2 888	17/05 /2023
10235 76414	165301 17874	18	RUA EUGENIO SGANZERLA	MONTE CASTELO	0,2 061	25/07 /2019
40842 0294	165270 39507	19	RUA PADRE PAULO SCHNEIDER	NOSSA SENHORA APARECIDA	0,2 186	04/08 /2021
24328 73300	130931 93523	20	RUA PORTO SANTANA, FUNDOS	PAZ NASCENTE	0,1 125	04/07 /2023
39675 27999	161776 93041	21	RUA MONTEIRO LOBATO	PRESIDENTE VARGAS	0,3 946	02/03 /2023
52806 69601	165309 57643	22	RUA EUCLIDES DA CUNHA	PRESIDENTE VARGAS	0,3 465	13/06 /2022
57657 46276	163538 85882	23	RUA CARLOS GOMES	PRESIDENTE VARGAS	0,3 321	31/05 /2022
23473 01705	203297 50601	24	RUA CARLOS GOMES, FUNDOS	PRESIDENTE VARGAS	0,2 696	05/10 /2023
47396 32640	160988 23953	25	RUA EUCLIDES DA CUNHA, FRENTE	PRESIDENTE VARGAS	0,2 696	26/03 /2023
76289 86900	209308 45921	26	AVENIDA SANTOS DUMONT	SAO FRANCISCO	0,3 840	14/10 /2022
31984 42850	127287 11536	27	RUA BARAODO RIO BRANCO	SAO FRANCISCO	0,3 465	02/08 /2022
54407 34368	163522 12604	28	RUA TENENTEEUGENIO MARTINS	SAO FRANCISCO	0,2 096	03/09 /2020
52840 96975	210652 85800	29	RUA GUARANI	SAO FRANCISCO	0,1 917	27/04 /2018
21570 03339	201126 20757	30	AVENIDA SANTOS DUMONT	SAO FRANCISCO	0,1 587	07/10 /2022
61733 06700	128166 66532	31	RUA OTAVIANO AMARAL	SAO FRANCISCO	0,1 292	28/10 /2021
53492 27165	160050 89219	32	RUA TENENTEEUGENIO MARTINS	SAO FRANCISCO	0,2 423	13/03 /2023
14694 16751	200646 72756	33	RUA SAOJOAO	SAO MIGUEL	0,3 840	28/10 /2022

31126 5707	165772 00182	34	RUA SAOLUCAS	SAO MIGUEL	0,3 590	18/05 /2023
48842 42599	160993 82314	35	RUA SAOLUCAS, FUNDOS	SAO MIGUEL	0,3 045	06/04 /2022
68629 83490	209332 34990	36	RUA SAOJOSE	SAO MIGUEL	0,1 292	04/08 /2022
26355 07457	160051 37949	37	RUA 7 DE SETEMBRO	SAO VICENTE	0,3 048	18/08 /2021
10235 82309	165275 04005	38	RUA MACHADO DE ASSIS	SAO VICENTE	0,2 061	09/03 /2023
65373 27911	204003 83661	39	RUA SALVADOR	SOL POENTE	0,1 644	11/09 /2023
66931 91479	127519 30516	40	RUA TENENTE EUGÊNIO MARTINS, FUNDOS	VILA JARDIM	0,4 006	28/10 /2021

Fonte: CRAS – Laranjeiras do Sul.